



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0359/08	DATA: 09/04/2008
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 16h58min	DURAÇÃO: 2h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h12min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ CARLOS ROQUE - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.
LUIZ CARLOS SIMÕES - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 24ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publica na revista *Veja*, edição nº 2.022, nº 33, em 22 de agosto de 2007.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs. Luiz Carlos Roque e Luiz Carlos Simões, ambos inspetores da Polícia Rodoviária Federal.

Antes de passar a palavra aos depoentes, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos depoentes será de 20 minutos, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações. O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer suas interpelações, computado neste tempo o prazo para as respostas dos depoentes. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computado neste tempo o prazo para as respostas dos depoentes.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente um termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação e de cujo teor faço a leitura: *Que faz, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.*

Convido para tomar assento à Mesa os Srs. Luiz Carlos Simões e Luiz Carlos Roque.

Bem-vindo, Deputado Simão Sessim, que, com sua inteligência e competência, irá abrilhantar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Roque, por até 10 minutos, para as suas considerações iniciais.

Eu pediria a V.Sa. que falasse junto ao microfone, para que todos pudessem ouvi-lo, e que, sempre que falasse, ligasse a luzinha vermelha.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, boa tarde. Boa tarde a todos. Estou aqui para prestar depoimento com relação à esta CPI, prometendo dizer a verdade. Todos os documentos, tudo o que eu for falar aqui eu trouxe o comprovante, com relação ao monitoramento irregular feito pela Polícia Rodoviária



Federal e algumas irregularidades que também foram da Poeira do Asfalto, Poeira no Asfalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. gostaria de, no prazo que lhe foi concedido, além disso, explicar um pouco do que foi essa situação, para que os Deputados possam se inteirar e fazer as perguntas em seguida?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Primeiramente, eu fui chefe da Polícia Rodoviária de Operações Especiais. De repente fui envolvido... fui preso na operação Poeira no Asfalto, devido a uma irregularidade da Polícia Rodoviária Federal, que, monitorando a Polícia Rodoviária, usou 2 fraudes, colocou para a Polícia Federal, e o delegado da Polícia Federal, por sua vez, usou uma conversa de terceiro, uma conversa de terceiro, de uma denúncia anônima, e eu acabei sendo preso e condenado em primeira instância por irregularidade da Polícia Rodoviária e da própria Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mais algum esclarecimento inicialmente?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passa a palavra, então, para as suas considerações iniciais, ao Sr. Luiz Carlos Simões.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a Deus esta oportunidade, que eu tanto sonhava. Agradeço muito à Deputada Marina Maggessi pela indicação e ao Sr. Deputado Marcelo Itagiba pela convocação. Eu vou estar à disposição dos senhores e vou esclarecer todas as perguntas a mim formuladas. Eu fui preso 162 dias, condenado a 5 anos e 6 meses, sendo envolvido na operação Poeira no Asfalto. Porém eu não sei o que é mais grave, Deputado, se é realmente uma gravação ilícita ou se é ser colocado para a gente, atribuído à gente uma gravação que não nos pertence. Eu fui condenado. Pedimos nas alegações finais ao meritíssimo Juiz o exame científico de comparação de voz, onde eu tinha convicção de não fazer parte, e, pelo livre convencimento, fui condenado, livre convencimento do Sr. Juiz. Fiz, posteriormente, o exame científico de comparação de voz, e todo esse material, no final, eu pretendo entregar ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator, todo esse material que ora eu vou responder aqui as perguntas dos senhores, e fechando com um livro de minha autoria, que eu escrevi,



que é *A Injustiça da Justiça*. Eu peço sua permissão, Deputado — eu trouxe alguns exemplares —, porque eu queria presentear o Presidente, o Relator e todos os Deputados que compõem esta Comissão Parlamentar, este livro que é uma cópia fiel de tudo o que eu sofri nessa operação Poeira no Asfalto, essa prisão injusta e covarde de que eu fui vítima, atribuído a mim um crime que eu não cometi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito bem. Vou pedir a V.Sas. que troquem de lugar, porque me parece que esse microfone estaria com defeito, mas, mesmo desligado ali... Deve ser o meu que está com defeito, então.

Poderia pedir para o técnico de som dar um pulinho aqui para ver o que é?
(Pausa.)

Alô! Alô! Alô!

Já resolveu o computador? Então está ótimo.

Tendo em vista que o Relator está a caminho, eu vou passar à autora do requerimento, para que formule os seus questionamentos.

Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Boa-tarde, Srs. Luízes — os 2 se chamam Luiz Carlos.

Bom, primeiro eu queria explicar por que eu chamei eles 2. Um havia procurado inclusive o gabinete de V.Exa., que foi o Roque, e depois o Simões me procurou, pedindo para prestar declarações aqui sobre os malefícios do grampo legal. A gente fala muito aqui de grampo legal, mas eu sempre defendo isto, que o grampo legal é muito mais arrasador, principalmente quando ele é feito com incompetência.

Eu continuo aqui dizendo que os juízes são levados a erro. A maioria dos juízes são levados a erro. E essa operação Poeira no Asfalto, que foi uma operação para reprimir máfia de combustível, no final da história só ficaram presos os policiais rodoviários federais, os inspetores. E foi um escândalo muito grande na época, porque inclusive o inspetor-geral, o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro, também foi preso. Eu trabalhava na Polinter na época, V.Exa. era o Secretário de Segurança, e nós acolhemos esses companheiros no Ponto Zero, na prisão especial da Polícia Civil.



Bom, eu vou começar pelo Simões, até porque a resposta dos 2 são sempre as mesmas. Ele me emprestou esse livro, me deu esse livro, onde ele conta tudo. Ele e o Roque são companheiros de muito tempo.

Eu queria que você explicasse para a gente aqui por que você foi preso.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Deputada, eu fui preso porque uma investigação que estava acontecendo na esfera do Departamento e depois teve um novo desdobramento lá no Rio de Janeiro... Essa investigação, ela iniciou em 2002, se eu não me engano, e ela não evoluiu, ficou arquivada aqui em Brasília, aqui na 10ª Vara Federal. E eu tenho esse relatório inicial dessa operação, feito pelo Inspetor Reinaldo Szydloski, da Polícia Rodoviária Federal.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Então o senhor está dizendo que começou com uma escuta dentro da Polícia Rodoviária Federal de Brasília?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Com certeza, com certeza! E, posteriormente, houve desdobramento. Foi arquivado esse processo aqui em Brasília, e foi iniciada essa operação lá no Rio de Janeiro, com oferecimento da denúncia do Ministério Público, na 2ª Vara Federal, que culminou — e foi deflagrada — nessa operação no Rio de Janeiro. Só que lá, no Rio de Janeiro, Deputada, em juízo, esse Inspetor Reinaldo Szydloski foi chamado para depor; e ele falou em juízo que ele não podia ratificar aquele relatório dele, porque ele lembrava vagamente de alguns nomes. E que não continha a sua assinatura nem a rubrica nas folhas. E está aqui. Além desse relatório que está arquivado aqui em Brasília, assinado e rubricado, está um relatório sem assinatura e sem a rubrica dele lá, no Rio de Janeiro. E isso foi indiferente para o juiz. Os advogados tentaram questionar, e isso foi aceito.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas qual era a denúncia contra V.Sa.?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - A denúncia é participação na máfia do combustível. Porque eu era o chefe da 1ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro. Só que eu nunca me envolvi com máfia de combustível.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas qual foi a prova que eles apresentaram para denunciar V.Sa.?



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - A prova que eles apresentaram foi escuta telefônica.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Feita no seu telefone?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Feita em vários telefones, inclusive no meu.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas no seu também?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - É, Deputada. Tem gravações minhas — minhas reconhecidamente — na gravação: conversando com minha esposa, com meus filhos. Mas isso não foi alvo de denúncia, não foi alvo da sentença condenatória. Porém, uma gravação que está na mídia da sentença condenatória do CD ela não me pertence, e sim a um outro de nome Simões.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Por que não lhe pertence? A voz não é sua?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - A voz não é minha, a voz não é minha. Eu reconheci... Eu não sabia, Excelência, eu não sabia, na realidade, quais eram as acusações. Depois de 28 dias preso foi que fui depor em juízo. E eu gostaria de passar para os senhores o drama que eu vivi. Depois de 28 dias preso, perante o juiz tudo que eu queria era ser ouvido em juízo e ouvir as acusações que tinham contra mim. Os meus advogados falaram assim: *“Simões, você não vai prestar nenhum depoimento em juízo”*. Aí eu falei: *“Vocês estão brincando comigo. É tudo que eu quero é depor em juízo”*. Eles: *“Você não vai depor porque a Justiça não liberou para a defesa as acusações existentes contra você. E tem muitas gravações e nós não sabemos. Então, nós temos que saber, primeiro o que tem contra você para então você prestar depoimento. Isso é normal”*. Eu não aceitei. Houve um confronto muito grande, mas eu tive que acatar as orientações dos meus advogados. Aí eu falei para o juiz: *“Meritíssimo, eu quero depor, mas eu quero saber primeiro as acusações, conforme a orientação dos meus advogados”*.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O juiz chegou a ouvir o áudio?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Não. Não, porque ele não colocou para a gente.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E por que ele não colocou?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Ele não colocou. Eu falei para ele que ele não disponibilizou para a defesa os áudios até então. Uma semana depois, ele



disponibilizou para a defesa as escutas. Os meus advogado trouxeram até mim as escutas e eu pude confirmar que aquelas acusações não eram minhas.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Como é que você fez para confirmar?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Primeiro, eu ouvi. E as degravações não condiziam. Eu nunca dialoguei com aquela pessoa que estava naquela gravação.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Você chegou a procurar algum perito para fazer um laudo?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Procurei, Excelência, procurei. Mas, ouça bem, eu tive uma situação muito delicada, mas muito delicada, e isso só aconteceu depois de 162 dias preso, porque eu não tive a oportunidade. Nós pedimos ao juiz o exame científico de comparação de voz, e o juiz não autorizou. E eu não pude fazer preso, Excelência! Só depois da condenação de 5 anos e 6 meses, só depois que eu estava em liberdade, aguardando o trânsito em julgado, depois que nós entramos com a apelação no Tribunal, é que eu fui recorrer à FAEPOL para fazer o exame.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - De quem era a voz, Simões?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - A voz é de um colega, Erly Simões da Silva. Não é Luiz Calos Simões. E eu, no instante, quando fui depor em juízo, eu falei para o meritíssimo juiz que a voz não era minha. Na verdade, Excelência, eu já tinha identificado de quem era a voz.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Esse Erly trabalhava contigo?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Não, ele trabalha numa outra rodovia. A verdade é que ele só fala na gravação "Simões", e esse "Simões" foi atribuído ao Inspetor Simões, chefe da 1ª delegacia, o que não tem nada a ver. A gravação, o telefone é lá do posto onde ele trabalha. A gravação não tem nada a ver com máfia de combustível, a gravação não tem nada a ver com transações ilícitas, que a gente possa se assustar com ela, não. É gravação de pedido, atendendo a um outro colega. E, e na apelação, eu tenho o documento do interlocutor do Simões afirmando que ele estava dialogando com Erly Simões da Silva e não Luiz Carlos Simões, e que a Justiça colocou para mim, Luiz Carlos Simões, essa sentença.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - A Justiça, não. A Justiça chegou a esse entendimento, não é?



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - É, Excelência — me perdoe.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Foi quem estava conduzindo a investigação.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - É, mas é um representante da Justiça, porque recebi uma condenação de um juiz. E, na realidade, Excelência, ninguém acredita, de sua consciência, que um juiz federal vá dar uma sentença a uma pessoa por causa de uma gravação. Se ele foi induzido ao erro, ou não... Mas, Excelência, respeitosamente, a responsabilidade é dele. Eu não sei qual que é mais imoral, qual que é mais ilegal: uma escuta ilegal, como a que foi feita nessa operação, ou a atribuição a mim de uma mensagem, de uma gravação que não me pertence, e sim a outra pessoa.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas aqui no seu livro tem um laudo de uma fonoaudióloga, dizendo que o resultado é negativo na comparação de voz. Então você chegou a fazer um laudo?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Fiz, fiz e está aqui. Vou apresentar à Comissão. Está aqui, independente do meu livro. Eu fiz depois que fui colocado em liberdade. Depois que fui colocado em liberdade, eu tentei procurar o Dr. Molina. Eu não tinha recurso para requerer um exame desses. E, sem falsa modéstia, Deputada, eu iria me endividar muito. Eu não tive recurso nenhum de participação de máfia nenhuma para bancar um exame desses. E eu fui orientado. Procurei a Dra. Maria do Carmo Gargaglione, uma perita de fama internacional, como o Dr. Molina. Porque eu fui orientado por ele, inclusive. E foi feito lá na FAEPOL o exame científico de comparação de voz. Eu gostaria de dizer para a senhora que quando eu fui solicitado ela falou para mim assim: *“Você sabe a tamanha responsabilidade de fazer um exame científico de comparação de voz? Nós não vamos fazer o exame porque o senhor está me falando, não; nós vamos fazer o exame pela sentença, pela “Se dê” da Justiça Federal”*. Aí eu falei assim para ela: *“Mas, doutora, é isso que eu quero; eu quero realmente que faça a sentença do juiz, eu quero que a senhora colha o material, recolha a minha voz, veja as gravações”* E indiquei, inclusive, gravações que eram minhas com meus familiares.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Por que você acha que trocaram de “Simões”?



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Deputada, é uma situação tão delicada, que eu não posso nem dizer para a senhora. Porque eu acho... porque eu estaria levantando falso... Eu quero atribuir isso a um despreparo.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - A uma incompetência.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - A uma incompetência profissional. Porque se iniciou uma operação medíocre dessas que condenou... Porque, na minha concepção, Deputada, respeitosamente — é o que eu falo no meu livro —, para mim, em particular, que tive minha casa invadida por policiais... Eu fui à sede da Polícia Federal, à superintendência, agradecer ao delegado que esteve na minha casa. Porque eu falei para ele que não necessariamente, para se cumprir um mandado de prisão, tem que se desrespeitar um cidadão, especialmente um policial com 32 anos de serviço.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas o senhor diz que ele não lhe desrespeitou; inclusive não deixou nem lhe algemar.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Perfeitamente! E é por isso que eu fui agradecer. E ele me falou, Deputada, que ele não fez mais que a obrigação dele. Mas não foi isso que aconteceu; foi um desrespeito total.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas então ele sabia que a voz não era sua? Por que você acha que ele te respeitava mais do que aos outros presos?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Ouça bem... Eu não entendi a sua pergunta.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Você disse que foi agradecer ao delegado federal por ter sido tratado muito bem durante a revista em sua casa...

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Com dignidade.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - ...e, inclusive, por não ter sido algemado. Por que o senhor acha que ele fez essa deferência ao senhor?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Ouça bem. Porque na minha casa ele encontrou lá a minha esposa e meus filhos. E aí eu virei para o delegado e falei assim... Foi quando a minha filha falou... Ela estava saindo para a faculdade; está no quinto período de Odontologia. Isso ocorreu em novembro, época de provas, (*choro*) prejudicou muito minha filha, meu filho, desestruturou minha família toda, pelo pai sendo... minha casa sendo vasculhada lá. Mas, excelência, ele chegou no quarto do



computador e só viu material de faculdade dos meus filhos, porque eu não tinha nada mesmo de trabalho em casa, de faculdade, no computador, computador que a gente lida é só da delegacia, onde eu administrava. Ele encontrou uma caixa de vime, grande, e falou para os agentes: *"Olha, essa caixa ninguém mexe, eu vou ver ela pessoalmente"*. Era uma caixa muito pesada e chamou muita atenção. Eu não sei se no princípio ele pensou que teria alguma fortuna ali e ali ele encontrou meu casamento, nascimento dos meus filhos, formação de jardim da infância, primário, ginásio, toda a minha vida (*choro*), toda a história da minha vida estava naquela caixa. E ele falou :*"Eu estou na casa de uma família"*. E um agente federal quis me algemar e ele falou assim: *"Olha, no Simões não precisa algemar não"*. E esse agente falou assim: *"Doutor, está todo mundo algemado, é melhor algemar o Simões para que nós não fiquemos mal."* Ele falou assim: *"Eu não tenho nada a ver com todo mundo, a minha responsabilidade é o Simões, e no Simões não precisa algemar"*. Por isso que eu fui agradecer a ele.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quantos anos você tem de Polícia Rodoviária Federal?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Eu faço agora em novembro 33 anos de serviço.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quantas anotações você tem na sua ficha?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Eu tenho algumas anotações de elogio, de elogio e de serviço prestado. Eu já realizei 3 partos na minha vida profissional, mas nunca podia imaginar ... Excelência, já fiz muitos acidentes, já salvei muitas vidas, sem ser minha obrigação constitucional. Sei que é o meu dever, não preciso de elogio para isso, não preciso, porque é minha obrigação, eu faço com galhardia e com satisfação.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas é bom o reconhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Mas tenho alguns reconhecimentos, sim. Agora, nunca podia imaginar que ia passar uma data de Natal e Ano Novo preso por um crime que eu não fiz.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O senhor ficou preso primeiro no Presídio Ary Franco.



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Ary Franco, excelência. Eu gostaria, e está registrado aqui no livro, e é real o que eu vou falar. Um belo domingo, uma horinha que nós tínhamos lá no pátio, chega um cidadão para mim e fala assim: *"Inspetor, como vai? Tudo bem?"* Estende a mão para mim. Aí eu cumprimentei ele e falou assim: *"O senhor não está lembrado de mim?"* Aí eu falei assim: *"Não, desculpa, mas não lembro."* Aí ele falou: *"Foi o senhor que me prendeu."* Eu dei um passo atrás, olhei para ele, Deputada (*choro*) e veio um filme na minha cabeça, porque esse cidadão assaltou o hotel perto da delegacia e baleou o vigia. Eu estava indo para minha delegacia, que eu chefiava. Estava com o HT, o rádio portátil da Polícia, à paisana, num carro descaracterizado. Eu vi os colegas, aquele comentário, aquela perseguição, e eu presenciei esse cidadão entrando numa lanchonete. Quer dizer, eu vi um cidadão correndo na lanchonete. Eu, como policial, cheguei junto, ainda peguei ele escondendo a arma. Me identifiquei, dei voz de prisão, chamei a viatura, o cidadão foi reconhecido. Ele foi preso e condenando, foi preso em flagrante e condenado a 8 anos. Quatro anos depois, ele é meu colega de presídio. Quando eu dei um passo e olhei para ele, que veio um filme na minha cabeça, ele falou: *"Inspetor, fica tranquilo. O senhor me prendeu na moral, o senhor não me esculachou, quem estava na infração era eu"*. Eu não pude passar isso para Direção, eu não pude colocar isso para o juiz, que eu estava preso, ocupando o mesmo espaço ali do cidadão que eu prendi, porque ele estava no cumprimento do dever dele ali, trabalhando, como faxina, ele tinha esse espaço que nós tínhamos, ele estava reduzindo a pena dele, ele já tinha pago 4 anos e ainda faltavam 2 anos e pouco para poder sair em liberdade. Se eu coloco isso, eu ia prejudicá-lo e ia ficar mal no sistema como alcagüete. É claro que eu passei a todos os colegas e passei a policiais, não ficarem muito perto dele, mesmo com a tranquilidade dele, mesmo sabendo que eu cumpri com o meu dever. Mas eu estava correndo um risco de vida ali.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Como estão hoje os policiais federais e civis do Rio de Janeiro? Estão presos num presídio, num PO, misturado a bandidos do Comando Vermelho...

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - É a pura realidade. Eu, independente de eu agradecer essa oportunidade dessa indicação, eu peço... Na época, nós tivemos o



orgulho de ter no Rio de Janeiro um Secretário de Segurança como o Dr. Itagiba, a Deputada Marina, que me deu essa oportunidade. Eu quero dizer aos senhores que graças ao empenho de alguns bons profissionais — nós sabemos que quem comete um crime tem que pagar pelo seu crime mesmo —, mas, Deputada, isso é psicológico, as pessoas aceitam, querendo ou não. Eu tenho muitos amigos, pessoas que quero até bem, que cometeu um crime, cometeu um deslize. Têm que pagar; paciência. Agora, quando você não comete... E é o que mais tem. Eu sou testemunha ocular de vários casos.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu também.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Eu estou do lado de um colega... Imagino a senhora, como inspetora de polícia! Eu tenho casos... Deputada, eu resolvi... *(Pausa.)* Eu vou fazer 3 livros: *A Injustiça da Justiça*, que já está editado, com tudo o que passei na minha vida; *Corrigindo a Injustiça*, porque eu tenho fé em Deus e convicção de que serei absolvido, e excluído desse processo *(choro)* — estou fechando o segundo livro; e o terceiro e último livro, que é *O Preço da Injustiça*. O que eu já recebi de material de pessoas que foram injustiçadas não está no gibi. Eu tenho uma situação de um cidadão que foi condenado a 18 anos. Depois de 5 anos preso, foi provada a inocência dele. Esse cidadão ficou cego numa rebelião; como eu poderia ter morrido lá dentro, com uma estocada de um preso, lá dentro, porque eu o prendi, porque ele cometeu o crime. *(Choro)*

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É, Simões, mas isso aí faz parte de uma cultura, vamos dizer assim, em que, quando um policial é envolvido em alguma coisa, ou tem o seu nome envolvido, ele já está prejudicado. Pelo fato de ser policial, ele já é visto como alguém que alguma coisa fez para estar merecendo isso. Essa, realmente, é uma cultura horrível que há neste País.

Eu queria só te pedir uma pausa, até para você se recompor. Então, eu vou ouvir o Roque.

E você, Roque, por que você foi preso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, eu fui preso na Máfia do Combustível, num único registro, conversa de terceiro, comentário de um processo administrativo, de uma denúncia anônima, que eu provei que foi um policial que não gostava de mim que fez. Descobri tudo. O Corregedor-Geral revogou o processo.



Dois colegas conversando esse assunto, e eu fui parar na cadeia. No dia 16, em que fui interrogado no Presídio Ari Franco, o policial que investigou a minha vida — vou até falar o nome dele aqui, que é uma pessoa correta, digna —, Alexandre Ludovico, me interrogou e falou, assim, para o delegado auxiliar do delegado que presidia o inquérito: *“Doutor, este rapaz aí não tem nada a ver. Isso é briga interna da Polícia. Ele pode estar sendo vítima de covardia”*. O Delegado, na mesma hora, me autorizou a ligar do Presídio Ari Franco. Mandou o meu filho.... Eu pedi ao meu filho... Eu chorei, passei mal, porque eu estava preso indevidamente. E fui lá, pro telefone, liguei pro meu filho, para entregar ao delegado que presidia o inquérito todos os documentos comprovando que eu estava sendo preso injustamente, pela conversa de terceiros. A gente tinha a convicção...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Vamos esclarecer, aqui, para o pessoal da CPI: uma conversa de terceiros? São 2 pessoas falando de você. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo. O policial que estava sendo monitorado, ele conversando um assunto que estava em pauta, lá, que eu estava respondendo ao processo.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - É. Isso é parecido com o que aconteceu com o Ministro Sepúlveda Pertence, que veio aqui prestar o seu depoimento. Ele também foi envolvido numa conversa de terceiros sobre ele. Um advogado conversando com o cliente.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É. Excelência, e o mais grave é que a conversa foi tão longa que os 2 policiais, conhecendo o policial que fez as denúncias contra mim, fala assim: *“Pô, esse rapaz estando em guerra com o Roque, armou tal situação”*. Esse pedaço o Ministério Público não colocou. Quer dizer, de maldade. Aí, eu, crente que ia pra casa, não consegui. Depois de 2 meses, meu filho teve acesso ao CD -- olha que nesse dia 16 o meu filho entregou 4 certidões vintenárias, provando que eu nunca respondi a um processo criminal.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quantos anos de Polícia?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Trinta e três anos. Fiz em abril, no Dia da Mentira, dia 1º. Pasmem! Aí, quando o meu filho viu, meu filho viu e falou assim: *“Pai”* -- meu filho foi lá, eu já estava em Campo Grande, preso --, *“sabe por que você*



não está solto?” Falei: “Por quê?” “Você está sendo acusado de estuprador da tua filha e de seqüestrador”.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O quê?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Estuprador da filha e seqüestrador. A foto que foi tirada no Presídio Ari Franco...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Você tem filha?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Nem filha eu tenho! A foto que foi tirada no Presídio Ari Franco foi colocada na minha ficha, (*ininteligível*) Pacheco. O verdadeiro estuprador, o Luiz Carlos Roque, que é um senhor negro, escuro, ficou com a ficha limpa. O delegado da Polícia Federal sabia que não era eu...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Qual é o nome desse delegado?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Dr. Cláudio Nogueira. Dr. Cláudio Nogueira. Colocou vários crimes de um homônimo, botou a foto que foi tirada na Polícia Federal, e o juiz não me liberava de jeito nenhum. Quando o meu filho viu aquilo, disse: *“Pai, tem uma foto sua... Na qualificação, o delegado colocou você estuprador.”* O meu advogado, no mesmo dia, 16, foi ao juiz que condenou o meu homônimo, pegou o documento, levou para o juiz, Dr. Libonati, que é o juiz titular. Ele coçou a cabeça e me colocou em liberdade na mesma hora. Agora, depois disso tudo, eu estava tranquilo, eu representei contra esse delegado, representei contra todo o mundo. A Procuradora me chamou no seu gabinete, Dra. Andréia Silva Araújo, e queria que eu fizesse um acordo com ela: tirasse a minha representação contra ela. Eu falei que não ia retirar.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E o que você ganharia com isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ela queria, para me inocentar nas alegações finais, ela queria que eu tirasse a representação. Falei assim: *“Eu não vou tirar”*. A minha, de 83 anos, hoje, passa por problema difícil, de saúde, por ter me visitado, ter ficado lá, no Presídio Ari Franco, em posição constrangedora. E a minha mãe, hoje, está em cadeira de roda. Pode ser consequência disso? Pode! Minha mãe até hoje está traumatizada com isso!

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quanto tempo você passou preso?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Eu passei 2 meses e pouco. Tudo por causa do estupro. Porque eu provei todo o problema da Máfia do Combustível, só que o juiz não liberava. Agora, pasmem! Acabou aquilo tudo, a Procuradora pegou e me denunciou na Máfia do Combustível, usou a banda podre da Polícia... Para se ter uma idéia, o policial que fez essa armação toda -- que eu sei, descobri, por conta própria -- está sendo exonerado da Polícia, hoje, por roubo de combustível da própria Polícia, tá? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Pode continuar, Sr. Roque.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Então, ele está sendo expulso da Polícia, hoje, por roubo de combustível, está sendo exonerado. A Procuradora manteve a denúncia, com raiva de mim, eu representei contra a Dra. Andréia Silva Araújo, aqui em Brasília, com o Corregedor-Geral do Ministério Público. Só que existe um corporativismo; não deu seguimento. Ela fez uma defesa totalmente mentirosa. Fez a defesa mentirosa, e arquivaram.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas em cima desse fato do estupro ainda existe defesa? Se era a foto... Tiraram a sua foto...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Eu provei tudo isso com o documento do juiz, original.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Colocaram na ficha que foi o estuprador de sua filha, que o senhor não tem...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, eu provei isso tudo! Chegou na hora, o juiz que deu a sentença, o outro juiz, de segundo grau, fala, já na sentença... Praticamente me dá uma avaliada no processo, em si, e fala que eu tenho antecedente criminal. Quer dizer, não leu o processo. Fez um bolo: pegou o computador, *(ininteligível)* de 1 ano, deu uma sentença padrão. E eu fui condenado a 5 anos e 6 meses.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O seu juiz é o mesmo do Simões?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É o mesmo. Não foi só esse caso, não! Teve outro colega, lá...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Nessa Operação Poeira do Asfalto, além de policiais rodoviários, foram presos civis?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Foram.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Empresários?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Empresários, policiais civis e rodoviários federais.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Você lembra do nome dos empresários?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Um tal de Renan... Assim, no momento, eu não tenho. Tem bastante.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eles têm dinheiro? Eles são ricos?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ah! Não sei informar, Excelência! Não sei informar. Eu só sei que estou passando constrangimento muito grande até hoje. Não estou tendo espaço. O processo está em recurso. Antes de ontem, fui entregar uma petição do meu advogado, falando que vinha aqui. Falei com a secretária do juiz que eu peguei a gravação da Polícia Rodoviária, que eu vi na Internet.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Você vai entregar isso na CPI, não é?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Vou entregar. Aqui, está todo o monitoramento feito pela Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Rodoviária Federal, que fez a Operação Anaconda. Tudo, por conta própria. Está aqui. O CD está aqui. Eu falei com a secretária do juiz, Dr. Guilherme Calmon.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quem dava autorização para a Polícia Rodoviária Federal ouvir, fazer grampo? Era esse mesmo juiz?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Olha, o Reinaldo Szydloski, que é um policial que está respondendo a um processo que representei contra ele...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, eu quero saber do juiz. Era o juiz federal que estava dando autorização para fazer essas escutas?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Quem deu autorização para fazer escuta daqui foi um juiz de Brasília, para o Reinaldo Szydloski.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Juiz federal, ou do...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Juiz federal. Federal. Ele autorizou. Só que tem que o Reinaldo Szydloski fez o relatório sem assinatura e mandou para a



Justiça do Rio de Janeiro. E o Dr. Cláudio Nogueira pegou o início da Operação Poeira...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Certo, já entendi.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O início da Operação no Asfalto foi gravações da Polícia Rodoviária. Inclusive, tem uma denúncia da Polícia Rodoviária, fraudulenta também, que me envolve. Está aqui a prova. Tudo o que estou falando aqui eu tenho prova: do estupro, de tudo. Tudo está aqui para a Comissão.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não! Esse do estupro é uma coisa absurda, totalmente.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - E eu estou pagando por isso tudo.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Já é absurdo o caso do Simões, em que a voz não é dele; já é um absurdo que isso aconteça freqüentemente, porque não foi só na Operação Poeira do Asfalto, mas também na Operação Gladiador, na Operação Furacão tem absurdos, assim, incontáveis, no grampo. Isso virou uma arma contra o cidadão, pior do que qualquer arma que a ditadura tenha usado, porque a tortura psicológica, mental, pode ser, muitas vezes, muito pior do que a física e envolve toda a família, todas as suas amizades, o colégio dos seus filhos: "*Olha aqui. Aquele ali é o filho do policial safado*". Quantos colegas eu já vi terem que se mudar do seu prédio ou trocar os seus filhos do colégio!

Se isso acontece conosco, policiais, que temos acesso a investigações e que conhecemos a investigação, imagina com o leigo, uma pessoa comum? Isso, hoje, é uma prática. Isso começou em 2000, 2002, e, de lá para cá, só piorou.

Eu, por mim, passo a palavra ao próximo que queira fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim, algum questionamento?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu confesso que a convocação, o convite feito ao Sr. Luiz Carlos Simões e ao Sr. Luiz Carlos Roque... Eu não participei do depoimento do Diretor-Geral e não vi a razão da convocação. Então, eu prefiro não fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui com o Sr. Luiz Carlos Roque, é isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só um minutinho, Sr. Relator. Quero prestar as nossas homenagens ao sempre Deputado Medina, que hoje se encontra entre nós aqui. Seja bem-vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor nos honra com sua visita.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, vamos ouvir os 2 de uma vez ou vamos ouvir cada um num momento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os 2 já se manifestaram, os 2 já foram inquiridos, e a pergunta pode ser feita tanto a um quanto a outro, ou primeiro a um e depois a outro, como V.Exa. assim o desejar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Primeiro, eu queria pedir desculpas, porque estava tentando resolver um problema e não ouvi as considerações iniciais do Sr. Luiz Roque nem do Sr. Luiz Simões. Então, talvez faça algumas perguntas que já tenham sido objeto de resposta da parte de V.Sas.

A primeira coisa que eu queria perguntar ao Sr. Luiz Roque, por ordem, na relação é se os senhores são inspetores da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há quanto tempo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Fiz, no dia 1º de abril, agora, 33 anos de Polícia Rodoviária.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Trinta e três anos de Polícia Rodoviária.

Nesses 33 anos, quais as funções que o senhor exerceu na Polícia Rodoviária?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Sempre fui motociclista da Polícia Rodoviária. Sempre trabalhei no corpo de motos. Entrei para a Polícia e já fui direto para o Corpo de Motociclistas, fazendo escolta de autoridades. Por 8 anos chefiar o Núcleo de Operações Especiais da Polícia do Rio de Janeiro, participei da Operação do Papa, junto com as Forças Armadas, do Presidente e de várias autoridades. E, no final, fiquei 4 meses chefiando a Rio-Santos, na 3ª Delegacia. Aí eu fui preso na Operação Poeira no Asfalto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Terceira delegacia?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É, na Rio-Santos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No caso, a 3ª Delegacia fica onde?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Na Rio-Santos, na rodovia Rio-Santos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E aí, na 3ª Delegacia, quais eram as funções do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Eu era Chefe da Delegacia; responsável pela rodovia, do início da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, até a divisa de São Paulo, chefiando a 3ª Delegacia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor, nos últimos 3 anos, esteve nessa delegacia?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Três meses, 4 meses, que eu fiquei... Eu sempre fui Chefe de Operações. Operações Especiais é um grupo que fica à disposição para serviço especial e motociclista, de batedor e serviço especial, final de semana prolongado, para reforçar as rodovias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, é do conhecimento de V.Sa. que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o objetivo de apurar sobre os grampos, interceptações telefônicas legais no nosso País, interceptações clandestinas.

Eu queria que o senhor discorresse se, no exercício dessas atividades, tanto como motociclista quanto como Chefe de Operações Especiais, ou até no comando da 3ª Delegacia, o senhor tem algum conhecimento de atividade de interceptação telefônica executada pela Polícia Rodoviária Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo, Excelência. Inclusive, eu fui envolvido nessa operação por culpa de grampo da Polícia Rodoviária Federal. Eu, em 2001, 2002, respondi a um processo administrativo por não concordar com irregularidade de um chefe que teve aqui em Brasília, Reinaldo Szydoski...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Reinaldo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Szydoski. Então, ele fez uma operação para dar apoio a uma recuperadora de veículos no Rio de Janeiro, muito grande, e foi embora e deixou a banana lá no Rio de Janeiro. E eu, nessa época, era Chefe de Operações e substituto do policiamento. Estava exercendo, naquele momento, a



função de Superintendente da Polícia do Rio de Janeiro. Eu tive que tomar algumas providências na hora. Então, eu tive que liberar algumas coisas erradas lá, que prendeu irregularmente, e eu ganhei um inimigo, esse Reinaldo Szydloski. Ele formou um processo contra mim, administrativo. Uma comissão de Brasília foi para o Rio de Janeiro, formou um processo. A comissão apurou e me inocentou totalmente no processo. Aquilo me revoltou tanto, com 30 e poucos anos de Polícia, 29 anos, na época, me revoltou tanto que eu peguei o resultado do processo e protocolei no Ministério Público Federal. Ele hoje responde a um inquérito no Ministério Público Federal, na Justiça Federal de Niterói. Ele pegou e me envolveu com 2 fraudes — está aqui — no Rio de Janeiro. Aí, a Polícia passou a me monitorar. Não me pegaram em nada. Usaram uma conversa de terceiro e me prenderam na Máfia do Combustível, de um crime que eu não cometi. Ainda colocaram que eu era estuprador da minha filha, crime de um homônimo. Então, fui preso por isso. O que aconteceu comigo foi isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a prisão de V.Sa. é atribuída à... Ela foi feita pela Polícia Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Polícia Federal. No monitoramento começada pela Polícia Rodoviária. Está aqui o CD.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na operação...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Operação Poeira no Asfalto. Está aqui o CD e tem o documento...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa Operação Poeira no Asfalto foi quando?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ela foi em novembro de 2004. Dia 8 de dezembro de 2004 que eu fui preso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Novembro de 2004. Foi no ano de 2004 essa operação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa operação visava a investigar o quê?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - A Máfia do Combustível. V.Exa... No dia... Em novembro de 2003, que eu representei contra o Reinaldo Szydloski, no mesmo



mês e ano a Polícia Federal passou a me monitorar. Não conseguiram pegar nada contra mim. Me envolveram numa covardia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, essa Máfia do Combustível era para apurar o quê? Sonegação? Transporte irregular de combustível?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É. Irregularidades, coisas irregulares de combustível. Eu trabalhava interno; nem sabia que existia esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí, a prisão foi por ordem judicial?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ordem judicial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No mandado de prisão, o que era alegado como motivo da prisão?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Depois que eu tive ciência, foi uma conversa de 2 colegas que estavam sendo monitorados, comentando um processo que me envolveram, e foi revogado, porque eu descobri a fraude de um desafeto meu, provei — tenho aqui a prova, tudo direitinho —, foi revogado. Dois colegas comentando esse assunto, a Polícia Federal monitorou — dois colegas; não foi minha voz, não — e me botou na cadeia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E nesse diálogo esses colegas falavam o quê?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O diálogo está aqui. Um momento. É um diálogo bem intenso. Porém, o Ministério Público, para me prejudicar, só colocou o que interessava a ele. Era o diálogo de extorsão de um empresário, tudo armado, de uma denúncia anônima. O colega, como conhecia meu desafeto, falou assim: *"Pô, o cara, estando em guerra com o Roque, armou tal situação."* Mas essa frase não foi colocada. Mas está na gravação e está até na transcrição. Mas não foi colocada pelo Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, só para entender, Sr. Luiz Roque, o relatório da interceptação deixou de constar conteúdo que está em áudio?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Deixou. Não foi completo. Só foi 3 que interessavam. Conversas de terceiros...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E qual foi o trecho que foi subtraído?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Só pegar aqui para V.Exa. *(Pausa.)* Excelência, em resumo, é tipo 2 colegas conversando sobre um empresário que foi preso na Rio-Santos. Esse colega prendeu esse empresário, o flagrante foi feito lá, não teve meu nome...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Empresário dessa área de combustível?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Na área de combustível. Foi preso lá. Foi uma armação. Esse colega, inclusive, que prendeu está sendo expulso da Polícia por irregularidade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o empresário que foi preso estava fazendo transporte irregular de combustível ou não?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não sei informar. Comigo, não! Não tinha nada a ver comigo!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não. Eu quero saber o seguinte: o empresário foi preso por colegas de V.Sa., policiais rodoviários federais?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Foi preso por policiais rodoviários.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Prenderam. Aí, nessa prisão, houve o quê? Uma tentativa de extorsão?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Houve uma tentativa de extorsão. Como eu tomei ciência, ele armou a tentativa de extorsão e fez uma denúncia anônima.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa., nessa época, estava na Chefia da Delegacia?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Estava na Chefia da 3ª Delegacia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, chegou ao conhecimento de V.Sa...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Chegou ao meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO -... que haveria essa tentativa de extorsão e V.Sa. determinou a apuração?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Determinou a apuração?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas essa conversa foi interceptada antes de V.Sa. tomar conhecimento e determinar a providência. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Esse caso, Excelência, não teve interceptação telefônica. Essa prisão não teve. Desse assunto, o flagrante, meu nome nem apareceu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, nesse diálogo entre esses 2 colegas de V.Sa., esse diálogo não faz referência a V.Sa.?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, não, não!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em momento nenhum?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Nenhum momento!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E qual é o diálogo que V.Sa. alega que aconteceu que faz referência a V.Sa. e que teria, no relatório degravado ou no relatório que o Ministério Público ou a Polícia Federal fez, havido a supressão de uma expressão ou de uma frase que poderia ser fundamental para mudar o curso do relatório?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Foi esse colega desafeto meu que mandou um *e-mail* para o Diretor. Só que tem que ele que fez o *e-mail* — porque eu fui descobrir; está aqui a prova. V.Exa. vai falar: por quê? Eu tenho todas as provas aqui. Ele jogou o *e-mail* para o Diretor-Geral. Abriram o processo, precipitadamente, o processo administrativo. Logo no início, eu descobri toda a fraude do meu desafeto. Dois colegas... Ficou aquela confusão no Rio de Janeiro desse processo administrativo contra mim, eu descobri tudo. Comuniquei ao Corregedor-Geral. O Corregedor mandou revogar o processo, porque foi baseado em fraude e denúncia anônima. Dois colegas comentando esse fato, estavam sendo monitorados — o policial Narciso e o Salgado —, conversando esse assunto, a Polícia Federal monitorou esses 2 colegas, e eu fui preso por conversa de terceiros.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Desculpe, Sr. Relator, só para ajudar o Roque.

O que o Relator está te perguntando não é esse processo todo. Ele quer saber, exatamente, na escuta, no diálogo dos 2, o que foi que apareceu contra o senhor e se ficou alguma coisa suprimida. Não é isso, Relator?



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É. Pelo que eu entendi, Sr. Luiz Roque, é o seguinte: teve um diálogo... É Narciso o nome do policial?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Narciso e Salgado

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E Salgado. Nesse diálogo teria havido uma referência a V.Sa. E essa referência é que poderia ter sido base da operação policial que prendeu V.Sa.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, pelo que eu entendi — não sei se percebi direito da fala de V.Sa. —, o relatório que foi elaborado suprimiu alguma coisa, e a supressão dessa frase levou, talvez, a autoridade judiciária ao engano. Se o inteiro teor do que foi interceptado tivesse sido transcrito, talvez a conversa tivesse outro sentido. É isso que eu entendi e queria que V.Sa. confirmasse.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo, porque no final o pessoal comenta de extorsão de um empresário. Depois fala assim: *“Pô, o empresário foi lá, a Polícia Federal...”* Fez um relatório totalmente mentiroso: *“O delegado foi lá na Rio-Santos, prendeu o empresário, o Roque pedia mil reais por semana.”* Aí falou. Aí o colega ainda fala assim, o Narciso ainda fala assim: *“Pô, também, o Newton estando em guerra com o Roque, armou tal situação!”* Esse trecho o Ministério Público não colocou, porque o juiz ficaria... E realmente foi uma armação desse colega. Disso tudo que eu estou falando eu tenho prova aqui, documental.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim. Eu queria entender. Talvez não seja objeto central da Comissão, mas os colegas, o Narciso e o Salgado, que estavam sendo monitorados pela Polícia, em algum momento, eles fazem uma afirmação incisiva da sua participação nessa extorsão? Ou dizem que ouviram falar, ou que foi uma armação... Uma coisa é ele dizer o seguinte: *“Olha, eu afirmo que teve a participação.”* No fim ele dizer: *“Não, mas isso aí é uma armação.”*

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo. Eles comentam isso na gravação. E está aqui também na transcrição. Eu vou mostrar para o senhor aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem o conteúdo que foi interceptado aí?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo. Tem tudo. *(Pausa.)* Quero passar para V.Exa...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Relator, concede-me um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não, Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Esse inquérito foi concluído pela Polícia Federal com relação a essas prisões?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não entendi.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Fui julgado e condenado por isso!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Você foi condenado por isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Fui condenado em primeira instância! O juiz fez uma condenação padrão! Só mudou de nome!

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Por favor, explica a história do estupro para quem chegou agora.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E está em grau de recurso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Oi?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Está em grau de recurso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Está em grau de recurso.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Deixa ele explicar a história do estupro. Você já explicou?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - A coisa foi tão grave, tão grave, que eu era a bola da vez.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Só um minutinho, Presidente, porque nem ele, nem o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina, vamos organizar os nossos trabalhos de forma que possamos dar prosseguimento a eles.

A palavra está com o Relator; o Deputado Tenório fez uma intervenção; foi esclarecido que eles estão condenados, no entender das 2 testemunhas, de forma indevida.



Eu vou voltar a palavra ao Relator, senão a gente vai ficar... Depois, ao final, nós vamos fazer os esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas eu só queria ajudar, porque eles 2 não estavam aqui, não souberam nada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, eu queria só justificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas nós não podemos nos prejudicar em função disso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para aproveitar, Deputado Tenório.

A condenação de que V.Sas. foram objeto foi em função dessa tentativa de extorsão ou de estupro?

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Isso! isso, Relator!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu queria apenas justificar a minha intervenção, com a permissão do Presidente e do Relator. Veja bem, eu tenho me preocupado em que a gente não perca muito tempo em cima de fato que não interessa à CPI.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas entenda qual é o meu ponto de vista aqui para entender o seguinte. Tem 2 questões que devem ser objeto da nossa preocupação. Primeiro, se houve uma interceptação, e se dessa interceptação participaram policiais rodoviários federais. Essa é a primeira questão, e eu vou chegar lá. A segunda questão, que talvez esteja precedendo a primeira, é se, em função do desenrolar do depoimento, houve uma adulteração do conteúdo interceptado, que é uma coisa que tem sido objeto de apuração por parte da Comissão, porque nós estamos discutindo isso. É a supressão de frases, a supressão de expressões, é a transcrição parcial, é a transcrição dirigida. Interessa à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito saber também se, nesse caso, houve um direcionamento do conteúdo interceptado. Então essa é uma questão que, para mim, também é fundamental o deslinde dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa eu só organizar os trabalhos. Eu vou pedir que o Relator conclua os seus questionamentos. Depois eu passarei a palavra ao Deputado Tenório, dizendo o seguinte. Tem e assiste razão ao



Relator. Nós não estamos aqui para fazer um julgamento em cima do julgamento que já foi feito. Nós estamos aqui para apurar a interceptação telefônica e, em cima da interceptação telefônica, verificar de que forma ela foi executada; se ela foi executada legalmente ou não, e se houve supressão de dados quando da apreciação ou quando do encaminhamento da polícia dessas coisas à Justiça. Quanto à questão da Justiça, vai caber a eles sanar a questão no próprio Poder Judiciário. Aqui não é o âmbito próprio para essa questão.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então só para ficar claro. V.Sa. afirma que o relatório elaborado pela polícia... Vamos voltar aqui a uma questão antecedente. Quem foi que executou essa interceptação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Essa, da máfia do combustível, foi a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Da Operação Poeira no Asfalto?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi feita pela Polícia Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Esse monitoramento foi feito pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por agentes da Polícia Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por determinação judicial?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa conversa entre o Narciso e o Salgado foi feita pela Polícia Federal a interceptação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aconteceu alguma interceptação por parte de agentes da Polícia Rodoviária?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O início da operação foi com a Polícia Rodoviária. O CD está aqui. O relatório que deu início à operação está aqui. Pela Polícia Rodoviária Federal, aí passou para a Polícia Federal.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que é que V.S.a chama de início da investigação? Algum serviço interno da polícia convencional? Ele abriu um procedimento para apuração, foi isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O Reinaldo Szydloski fez um relatório de irregularidades da polícia do Rio de Janeiro, só que um relatório totalmente fraudulento, montado, sem assinatura, sem assinatura, está aqui, está no CD da Justiça Federal, me envolveu e depois passou primeiro o relatório para a Polícia Federal. Inclusive teve colegas da Polícia Rodoviária Federal que foi condenado, foi denunciado e condenado pelo relatório da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa eu tentar auxiliar V.Sa. e o Relator no entendimento do questionamento. Tudo tem um início, tudo tem um meio e tudo chega a um fim. O que o Relator deseja saber é: o primeiro ato de investigação se deu onde, como e com quem? Ou seja, o primeiro ato da investigação foi feito no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, e a interceptação foi autorizada por um juiz, para que a Polícia Rodoviária Federal fizesse uma interceptação e ela fez com que equipamento? Acho que seria esse o questionamento que o Relator está fazendo.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo, Excelência. O primeiro relatório foi feito pela Polícia Rodoviária. O monitoramento foi feito pela Polícia Rodoviária com o Reinaldo Szydloski.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, agora, eu pergunto: esse monitoramento foi um monitoramento legal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - No meu entender, foi ilegal porque a autorização judicial foi para cumprir ordem aqui em Brasília. Como o processo aqui foi arquivado, o Reinaldo Szydloski mandou esse ofício para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Relator quer saber o começo. Como é que começa isso? Como é que esse Sr. Reinaldo Szydloski obtém uma autorização do Judiciário? Ele fez um inquérito policial, ele foi à Polícia Federal, ele foi à Polícia Civil, ou ele fez um papel, levou ao juiz e o juiz autorizou, ou foi o Ministério Público que corroborou o relatório dele... Como é que começa isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para entender. O Sr. Reinaldo Szydloski é o quê? Ele é o Inspetor?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ele é um Inspetor que foi chefe daqui da Polícia Rodoviária na gestão anterior a essa direção agora, ele era o segundo homem da hierarquia da Polícia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso em 2004?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, em 2001, 2002.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, eu quero saber, em 2004, quando essa operação foi desencadeada e V.Sa. foi preso, ele era o quê, na Polícia?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Um minutinho só, por gentileza. Eu vou...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa investigação começou em 2001? Esse grampo foi em 2001?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Em 2001 e 2002, tá?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em 2001 e 2002, foi o grampo realizado, primeiro, aqui na Polícia Rodoviária?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Aqui em Brasília pela Polícia Rodoviária. Em São Paulo e Brasília.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Foi a Polícia Rodoviária Federal pedir autorização ao Procurador da República do Distrito Federal, Dr. Guilherme Zanina Schelb. Ele é que começou...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, quem requereu? Que autoridade requereu?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ele requereu foi... Esse Procurador que requereu ao juiz...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É o Procurador da República?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Procurador da República.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Dr. Guilherme Schelb foi quem, quem...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Quem autorizou o Reinaldo a fazer esse monitoramento.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, o Dr. Guilherme, o Dr. Guilherme Schelb requereu, entendeu, ele requereu ao Juiz uma autorização para que se fizesse interceptação de telefone.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. E o Dr. Guilherme fez essa solicitação a pedido de quem?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - A pedido do Reinaldo Szydloski.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Reinaldo Szydloski?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que, na época, era o segundo homem na hierarquia da Polícia Rodoviária.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É, está aqui, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o Dr. Guilherme Schelb fez a... E o Juiz concedeu a interceptação.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. tem conhecimento... Está com o mandado judicial, aí, não?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, o mandado judicial não está comigo não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a solicitação do Dr. Guilherme Schelb pede para quem executar a interceptação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o Dr. Guilherme já requereu...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - E a Polícia Rodoviária fez.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... requereu ao juiz e o juiz autorizou à Polícia Rodoviária fazer.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Entendi. Bom, então, pelo que estou entendendo, o Dr. Reinaldo Szydloski requereu ao Ministério Público, o Ministério Público requereu ao juiz...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... a quebra de sigilos telefônicos e o mandado, o requerimento, provavelmente o requerimento foi assim, o mandado autorizou à Polícia Rodoviária Federal fazer essas interceptações.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, a Polícia Rodoviária Federal fez as interceptações.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Trabalhou no lugar da Polícia Federal, fez o papel da Polícia Judiciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor se limite a não fazer interpretações; limite-se a informar aquilo que ele está perguntando. A interpretação jurídica, o senhor deixa conosco depois. O senhor se limite a dar a informação sobre os fatos, senão vamos entrar em interpretação jurídica, o que não interessa a nós agora. Isso, depois, vamos explorar.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, acho que é importante o senhor responder ao Relator exatamente o que ele está perguntando: quem fez a interceptação? Com autorização de quem? Quem requereu? E acho que ficaria uma pergunta: se a Polícia Rodoviária Federal dispõe de equipamentos que fazem monitoramento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É, queria, antes, inclusive, disso, Sr. Presidente, V.Sa. tem conhecimento de quanto tempo levou essa interceptação? Qual foi o período dela? Quanto tempo essa interceptação levou?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Começou em 2000, 2001, ficou até 2003. Aí, o juiz julgou incompetente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Um ano e meio a 2 anos de interceptação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É, julgou incompetente porque a maioria das pessoas que estavam envolvidas eram de São Paulo e do Rio de Janeiro. Aí, o processo está arquivado aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, essa interceptação durou quase 2 anos?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para investigar o mesmo fato?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ela foi base, ela foi base para a Operação Poeira no Asfalto?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ah?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela forneceu subsídios para a Operação Poeira no Asfalto, ou a Operação Poeira no Asfalto foi uma operação independente dela?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Isso aí foi praticamente um resto da Operação Anaconda, que a Polícia Rodoviária... Anaconda e, depois, passou para...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, não estou perguntando isso, não estou perguntando isso não, Dr. Luiz Roque. Queria saber o seguinte. Entre 2001 e 2003, a Polícia Rodoviária Federal, por ordem judicial, pelo que V.Sa. está nos informando, fez uma interceptação telefônica. Essa interceptação telefônica, pelo que entendi, foi objeto de um inquérito aberto aqui na Comarca de Brasília. Não foi inquérito, foi uma investigação no âmbito do Ministério Público. Foi no âmbito do Ministério Público? Bom, após 2 anos, o juiz que autorizou as interceptações considerou que, em função das pessoas que estavam sendo interceptadas serem do Rio e de São Paulo, ele achou que não era jurisdição dele para processar essa coisa e esse procedimento foi arquivado.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o que é que foi feito com esse material?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Está arquivado em Brasília.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, esse material não foi aproveitado pela Polícia Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Aí, o Reinaldo Szydloski pegou a parte de um relatório, que está aqui, encaminhou para o Rio de Janeiro para a Polícia Federal dar continuidade ao monitoramento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi aí que a Polícia Federal criou a Operação Poeira no Asfalto?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Aí que entrou a Operação, criou a Operação Poeira no Asfalto. Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Entendi agora. Certo. Bom. Aí, repito a pergunta feita pelo Presidente, Deputado Marcelo Itagiba: V.Sa. tem conhecimento de como foi que a Polícia Rodoviária executou essa interceptação? Foi com equipamento próprio? Ela tem equipamento próprio?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, vou passar uns dados aqui, não tenho comprovante, mas V.Exa. pode requerer. Tenho aqui um documento... Como foi comprado o equipamento da Polícia Rodoviária, o processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ela tem equipamento...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Eu nunca vi. Vi um equipamento no Rio de Janeiro, mas nunca vi. Eu vi um equipamento na mão de um policial que não sei se é da Polícia Rodoviária, não. Pelo que tenho conhecimento tem, porque está o monitoramento aqui, o CD está aqui e está na Justiça, e vários colegas foram condenados.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Exa. informava aí que tem conhecimento de uma licitação ou de uma aquisição que foi feita de um equipamento?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Eu tenho, aqui, dados aqui que foram entregues para mim, eu tenho o número do processo, e esse equipamento custou 1 milhão e 15; não teve licitação... Isso aí foi em 2002. O Departamento comprou esse equipamento, não posso provar isso aqui, isso aqui são dados que foram passados para mim para eu passar para os senhores, cabe aos senhores agora...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Queria que V.Sa., se possível, passasse esse material para a Comissão para que a gente pudesse examinar, e esse seria objeto, num segundo momento, de requerimento, aí, da...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo. Posso até passar isso aqui, não tem problema nenhum. Esse aqui é o relatório...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tem dados, aí, sobre processo de aquisição?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ah? Aqui está tudo direitinho, como foi comprado, teve um procedimento administrativo contra o Departamento... Isso aí foi em 2002.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Outra coisa. V.Sa. faz menção a que no relatório que foi elaborado pela Polícia Federal, portanto não foi nessa operação, teria havido supressão de uma parte do diálogo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo. Mas já...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E que foi a interceptação feita pela Polícia Federal ou pela Polícia Rodoviária que houve a...?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Na máfia do combustível que eu fui preso?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não. V.Sa. disse que foi preso. Essa... Pelo que entendi, foi preso pela Operação...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Poeira no Asfalto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... Operação Poeira no Asfalto. Não foi isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, a Operação Poeira no Asfalto foi executada pela Polícia Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Inicialmente, pela Polícia Rodoviária também. Inclusive, trabalhei em conjunto na operação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Eu quero saber o seguinte. Qual foi o momento que houve a supressão de partes do diálogo interceptado? Foi no relatório elaborado pela Polícia Rodoviária ou pela Polícia Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, pelos dois. Tem o relatório da Polícia Rodoviária e o relatório da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, em ambos houve...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Em ambos tem fraude.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... houve supressão de expressões?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O mesmo monitoramento da Polícia Rodoviária que teve a máfia do combustível, está aqui... Posso ler para os



senhores? Síntese: Salgado e Narciso — isso é conversa de terceiro, único registro — comentam sobre a prisão de um empresário em Angra. Salgado explica que Newton foi a Angra com seu pessoal, inclusive acompanhado de um Delegado Federal — que não é a realidade, que não foi nada disso; isso aí é fofuquinha lá dentro — tendo abordado o caminhão de combustível com nota fria, o citado empresário alegou o possível acordo de mil reais com Roque. Segundo Salgado, o empresário ofereceu a Newton dinheiro quando o Delegado deu voz de prisão — também não foi, foi o próprio Newton — levando para (*ininteligível*). Só que tem que, na mesma conversa que está na gravação, comentam: Newton, estando em guerra contra Roque, armou outra situação. Essa parte não foi colocada para o juiz, justamente para não comprometer... O juiz, logicamente, ia ler esse pedaço aqui, ia mandar investigar. Não houve investigação nenhuma! Eu fui preso numa conversa de terceiro, de uma armação. Só que tem, isso aqui é resultado de um processo administrativo que foi revogado por fraude. Também está aqui. Entendeu, Excelência?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dessa operação, resultou a prisão de V.Sa...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e do Sr. Luiz Carlos Simões?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Queria, se possível, também ouvir o Sr. Luiz Carlos Simões.

Luiz Carlos, o que é que o senhor tem a dizer sobre esses fatos?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Deputado, vou passar à mão de V.Sa., V.Exa., perdão, este material que estou disponibilizando ao senhor é um material que vai comprovar o início da gravação da Polícia Rodoviária Federal. É esse relatório inicial do Reinaldo Szydloski. Esse mesmo relatório — não é tentando passar por cima, respeitosamente, Sr. Presidente, Excelência — é o mesmo relatório do Reinaldo Szydloski, que está inserido num processo da Poeira no Asfalto no Rio de Janeiro. Só que esse relatório não está assinado por ele nem rubricado por ele, mas foi aceito, foi acatado pela Justiça. Esse relatório inicial, vem aqui as mídias, os CDs de gravações que o Roque está disponibilizando para os senhores aí, e aqui



está o relatório com todos os dados e o segundo relatório e mais os demais documentos que comprovam o meu envolvimento indevido nessa operação. Eu fecho esses aqui com o livro, Deputado, que eu editei com o título que é *Injustiça da Justiça*. Eu retrato totalmente, com a maior fidelidade, tudo que aconteceu, tudo que eu sofri. E eu falei aqui anteriormente, não tive a oportunidade, o senhor não estava aqui, que eu, particularmente, não sei qual que é mais imoral, Deputado; se é a escuta ilegal disso tudo que está aqui, ou se é a imoralidade de atribuir a mim gravação que não é minha. Eu fui condenado e eu pedi ao juiz o exame científico de comparação de voz e ele negou, e por livre convencimento eu fui condenado. Eu cheguei a ser condenado a 5 anos e 6 meses, como reportei anteriormente; fiquei 162 dias presos por um crime que eu não fiz. Essa pessoa chama-se Erly Simões da Silva; eu sou Luiz Carlos Simões. A mim está a sentença, na mídia, do juiz, essa gravação. E eu só consegui fazer esse exame científico de comparação de voz depois que eu fui colocado em liberdade, porque, preso, não tinha como eu fazer.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para entender aqui, Sr. Luiz Carlos Simões, V.Sa. está aqui alegando, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que a Polícia Rodoviária Federal fez uma interceptação, essa interceptação telefônica por ordem judicial produziu um relatório, nesse relatório erroneamente foi atribuído a V.Sa. a voz de uma outra pessoa?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Não, Excelência, não foi isso. Esse relatório concluiu nesse arquivamento aqui na 10ª Vara Federal de Brasília. Na 2ª Vara Federal, no Rio de Janeiro, onde foi deflagrada a Operação Poeira no Asfalto, esse relatório aparece como um relatório inicial, ilustrando, e que deu suporte à continuidade do trabalho dessa operação realizada pela Polícia Federal. A gravação a mim atribuída, a mim atribuída, de Erly Simões, no meu lugar de Luiz Carlos Simões, segundo informação oficial que nós temos na justiça, foi gravação feita pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Entendi.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Agora eu não sei, eu não sei dizer ao senhor se ele usou esse material indevidamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, eu só queria entender aqui o seguinte...



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - ... de quem fez a escuta, eu não sei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Luiz Simões, eu queria entender o seguinte. A Polícia Federal, então, fez, na Operação Poeira no Asfalto, interceptações telefônicas.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Correto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Após isso, foi produzido um relatório. Nesse relatório, uma pessoa que V.Sa. informa, chamada Erly Simões, foi interceptada. E qual teria sido a participação desse Erly Simões nesse episódio aí?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Pelo que eu ouvi, pelo que eu li na gravação e pelo que eu ouvi nas escutas, na mídia, que os senhores terão oportunidade, é um colega de serviço fazendo contato com ele e ele falando sobre um suposto amigo que está com o carro retido e fala que é amigo, é conhecido, o cidadão trabalha na empresa de telefone, que você acha o telefone, então ele fala: não, deixa comigo, eu vou liberar. É esse nível. Não tem...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esse Erly Simões é policial rodoviário federal também?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - É um policial rodoviário federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o conteúdo do áudio que está na Polícia Federal, nessa interceptação, é de Erly Simões e não de V.Sa.?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Com toda a convicção desse mundo, toda a certeza.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa., em juízo, fez um requerimento para que houvesse a autenticidade da voz e foi indeferido?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Eu pedi, está nos autos a solicitação, nas alegações finais. A defesa pediu ao juiz a necessidade de se realizar o exame científico de comparação de voz pela minha convicção de não ser minha aquela voz, de não ser minha aquela gravação, e o juiz, por livre convencimento, me condenou e não autorizou. Eu só fiz o exame, que os senhores vão receber aqui, os senhores vão receber aqui o laudo oficial científico, depois que eu fui condenado e que eu entrei com recurso na apelação do tribunal. Estou aguardando em liberdade, até o trânsito em julgado, essa condenação que eu recebi.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o laudo técnico atesta que a voz não é de V.Sa., é de uma terceira pessoa?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Com toda a convicção deste mundo, está aqui. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o relatório da Polícia Federal elaborado afirma que a voz interceptada é de Luiz Carlos Simões e não de Erly Simões?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Excelência, não só afirma como eu gostaria de ilustrar, os senhores vão receber, mas eu gostaria já de passar para os senhores o seguinte: está aqui nos autos, eu faço aqui uma relação do que estou apresentando. O Ministério Público, para ele oferecer denúncia, ele fala para o juiz da certeza da minha participação na máfia do combustível por ser o titular de uma delegacia subordinada ao Chico Preto, até então Inspetor Francisco, considerado pelo Ministério Público como chefe da quadrilha; que eu era subordinado a ele. Acontece, Excelência, que eu nunca trabalhei com Chico Preto como Superintendente. Eu não tenho nada contra o Inspetor Francisco, Chico Preto, mas também não tenho nada a favor. Eu só não trabalhei com ele. Quando ele foi Superintendente Regional, o primeiro ato dele eu fui exonerado, eu não trabalhei com ele. E ele foi afastado anteriormente. Antes desse primeiro relatório ser arquivado aqui em Brasília, ele foi afastado, e essa investigação eu soube que continuou. Eu voltei a chefiar a delegacia na ausência dele, e o Ministério Público informa da certeza por ter trabalhado com ele. Bom, está aqui o documento, documento da superintendência, informando toda a administração do Chico Preto, que eu não faço parte; informando a existência do homônimo de Simões, Luiz Carlos Simões e Erly Simões; o telefone da gravação que fala Erly Simões, lá da rodovia Rio-São Paulo — eu chefiava a Rio-Petrópolis, 040 uma, 116. Não tem nada a ver comigo. Senhores, eu queria...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Relator, me daria um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O que interessa para nós, de real, é essa situação do homônimo e da gravação. A autorização para gravar precisa ser



colocada de maneira clara, que eu quero gravar fulano de tal, CPF número tal, ou... Tem que ter algum... Gravar homônimo não é uma escuta autorizada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a questão não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão, eu acho que V.Exa. talvez não tenha compreendido...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi interceptada uma conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi interceptado um telefone da repartição e não um telefone da pessoa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ah! Então, o pedido foi para interceptar o telefone da...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... foi para interceptar o da repartição e não da pessoa específica.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E não é homônimo...

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - É só o sobrenome. Excelência, eu sei que nós estamos, aparentemente, deixa às vezes claro, respeitosamente, eu agradeço, mais uma vez, aos senhores e a Deus esta oportunidade, nós não queremos levar para o lado pessoal de sensacionalismo nem desvirtuar o objetivo real. Nós estamos mostrando aqui o objetivo real desta Comissão, que assim a imprensa divulga e os senhores colocam, que a escuta é ilegal. O início é disso, dessa escuta ilegal. Mas, infelizmente, Deputado, respeitosamente, essa escuta ilegal e essa atribuição indevida a uma pessoa levou à desgraça uma família; levou à desgraça várias famílias. Esse colega aqui, a mãe dele, de 83 anos, ficou nua, pelada, dentro de um presídio, sendo revistada, e hoje está numa cadeira de rodas. Eu tenho problema até hoje com a minha família, porque foi a minha casa totalmente revistada. Eu fui desrespeitado por um delegado que eu fui lá cumprimentar, agradecer, porque eu soube dos desrespeitos que houveram os colegas. Eu tenho 33 anos de serviço, já cumpri muitas determinações judiciais, e não necessariamente eu tenho que desrespeitar o cidadão. Eu tenho que cumprir com o meu dever, sim, de respeitar o cidadão. E além dessa ilegalidade, dessa imoralidade que nós estamos trazendo para os senhores, mostrando essa, o que aconteceu, além de ser atribuída a mim uma gravação que não me pertence, nós temos, sim, humildemente, de pedir aos senhores, eu não sei se extrapola a possibilidade da Comissão, mas humildemente



eu peço a todos os senhores, ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator, se puder estender, de alguma forma, para que seja reparado... Nós estamos aguardando, sim, na Justiça, mas Excelência, nós somos condenados precipitadamente. Eu, na praça pública, tive aqui na Praça Três Poderes, com uma cadeira, com a minha família, mostrando o erro que foi cometido, divulgando esse livro que eu lancei, que é a *Injustiça da Justiça*. Tem pessoas de bem. Tem um cidadão que, emocionado, falou para mim que, como cidadão brasileiro, ele tinha que me pedir desculpa pelo que eu passei, porque ele também me responsabilizou, sendo um dos da máfia dos combustíveis. E hoje ele sabe que não é. Mas não sabe porque eu estou falando não, sabe porque o filho dele é um jurista e teve acesso e sabe da maternidade que tem lá dentro. Então, os senhores me desculpem a emoção. Não é querer desvirtuar o trabalho dos senhores. Eu acho que os senhores investiram em convidar e convocar 2 pessoas que eu tenho plena consciência que vão ilustrar os senhores com o material que estamos deixando e com as informações prestadas. Mas pedimos, humildemente, se puder estender isso de qualquer forma para que a Justiça seja feita... Excelência, o cidadão sentou na praça comprando o livro e se identificou como desembargador. Eu falei para ele como eu gostaria de conhecê-lo exercendo a atividade dele, porque agora ele era um cidadão igual a mim, servidor público à disposição da Justiça. Ele abaixou a cabeça e falou assim: *“É, Simões, você está com a razão. Às vezes no nosso Poder nós não olhamos, não digo nem para trás, mas nem por lado”*. Isso aconteceu dia 1º de dezembro. No dia 17, deu no *Jornal Nacional*: *“A corte do STJ reintegra, determina a reintegração dele imediata ao Tribunal Regional Federal”*. Eu liguei para ele, cumprimentei ele. Ele me convidou. Fui na posse dele. E me apresentou. Não tem nada a ver com meu problema o que está lá. É uma outra vara, outra turma especializada. Eu estou estendendo isso, Excelência, porque isso acontece com pessoas também. Eu mandei um *e-mail* respeitosamente para o Ministro do Supremo Tribunal Federal, quando surgiu o nome dele à baila na mídia, mas no mesmo dia foi corrigido, porque ele é Ministro do Supremo Tribunal. Eu sou simples inspetor de Polícia Rodoviária Federal. Então, Relator, o senhor me perdoe, mas o senhor estará recebendo aqui todas essas informações detalhadas e com a... Estamos ao inteiro dispor dos senhores para poder esclarecer qualquer dúvida.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, por ora eu me dou por satisfeito. Vou permitir que os outros Deputados também possam pronunciar-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou colocar algumas questões aqui, que acho que são importantes e fundamentais, e é importante um desabafo. Primeiro, vou fazer um depoimento.

Eu sou Delegado de Polícia Federal e, durante muito tempo, trabalhei em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. E sempre tivemos o apoio dessa Polícia, que é composta por policiais que estão todos os dias colocando as suas vidas em risco, em defesa da população e da sociedade.

Alguns eu conheço, já tive oportunidade de trabalhar. Hoje estou conhecendo alguns outros e, com certeza, nós hoje estamos procurando aqui dar seguimento a um requerimento muito bem elaborado pela Deputada Marina Maggessi, que traz aqui uma situação que deve ser observada.

É preciso que os senhores entendam o seguinte: nós não seremos capazes de reparar qualquer injustiça que lhes foi feita, nem seremos capazes de reverter qualquer veredito que lhes foi imposto, mas nós teremos condições de expor os fatos relacionados com a questão relativa à interceptação telefônica, que é o que interessa a nós e é, com certeza, algo que interessa a V.Sas. também.

Então, para que a gente possa delimitar nosso campo de atuação, eu acho que seria importante... Porque aqui não é, infelizmente, o tribunal de defesa; ele, na verdade, é um tribunal de apuração de fatos praticados ao arrepio da lei. E é isso que nós vamos procurar demonstrar. Isso, com certeza, servirá de balizamento para os seus recursos junto à Justiça.

Então, para que a gente possa ter a questão bem clara, a primeira pergunta que acho que todos nós fizemos — e eu compreendo o caráter emocional do depoimento de V.Sas., que se sentiram tremendamente injustiçados, violentados nas suas intimidades, nas suas casas, quando exerceram durante tantos anos a atividade policial. Mas nós precisamos aqui agora ir direto ao ponto, já que foram feitos os devidos desabafos — e todos nós entendemos os desabafos de V.Sa. —, mas nós precisamos agora ir para o objeto desta CPI especificamente.



A primeira pergunta já foi feita pelo Relator, já foi feita pela Deputada Marina, já foi feita de alguma forma pelo Deputado Simão Sessim e até mesmo pelos demais componentes desta Comissão. Eu queria estabelecer o seguinte: em primeiro lugar, ambos foram investigados no procedimento inicial, que começou aqui na cidade de Brasília?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, nenhum dos senhores foi objeto da investigação realizada pela Polícia Rodoviária Federal, com apoio do Procurador Schelb, junto à 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Não, não, não fomos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não foram. Muito bem, mas nesse procedimento, que se iniciou na 10ª Vara Federal de Brasília, não é isso?...

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... foi solicitada a quebra de sigilos telefônicos de algumas repartições ou de algumas pessoas?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - De pessoas, de várias pessoas. Nós não estávamos incluídos nessa, mas está aqui o que nós vamos passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Hum, hum.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Está aqui todas as pessoas que foram incluídas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, em algum momento desta interceptação realizada na 10ª Vara Federal, com autorização da 10ª Vara Federal, pela Polícia Rodoviária em Brasília, existe algum diálogo dos senhores com algumas das pessoas que foi interceptada?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não existe, muito bem. Os senhores têm informações de quem realizou essas interceptações. Essas interceptações foram realizadas pela Polícia Rodoviária, pela Polícia Federal, pela Polícia Civil? Quem realizou essas interceptações fisicamente, tecnicamente. Quem fez, ligou essas interceptações?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Reinaldo Szydloski.



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Reinaldo Szydloski, aqui em Brasília, e em São Paulo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - São Paulo. Ou seja, uma autorização...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão, deixe...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, é só porque eu não ouvi a resposta dele.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - S.Exa. não ouviu a resposta dele.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, foi Reinaldo Szydloski.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Simão precisa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - PRF, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, a pergunta é a seguinte: a 10ª Vara Federal de Brasília autorizou interceptações telefônicas em policiais rodoviários federais lotados na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não entendi, Excelência, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A 10ª Vara Federal de Brasília autorizou o Sr. Reinaldo Szydloski a fazer interceptações telefônicas em policiais rodoviários federais no Rio e em São Paulo, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - No Rio de Janeiro, com certeza. Por exemplo, tem vários policiais que foram autorizados aqui pela Justiça, foi monitorado, só que o Juiz julgou incompetente e mandou... O Reinaldo fez o relatório e mandou para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim. Agora, o senhor tem...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Tem em Brasília, começou tudo em Brasília.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tem conhecimento se havia policiais rodoviários federais — e é esta pergunta do Deputado — de Brasília que também estavam nessa investigação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Daqui de Brasília eu não tenho ciência, não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não tem ciência? Então, pelo que o senhor está me dizendo, ao que me parece, um Juiz Federal de Brasília autorizou a interceptação telefônica na cidade do Rio de Janeiro. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo, positivo. Está aqui escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: não havia inquérito policial federal instaurado para apuração dessa... para essas interceptações?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, inquérito não. Houve um relatório do Reinaldo Szydloski para o Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para o Procurador da República? Então, foi obtida uma medida cautelar junto à Justiça Federal nesse sentido?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, quem executou essa interceptação e com que equipamentos? V.Sa. sabe me dizer?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Quem interceptou esse monitoramento todo foi a Polícia Rodoviária Federal. O equipamento eu não tenho. Eu tenho algum relatório aqui que passaram para mim, como foi comprado o equipamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu preciso saber o que o senhor sabe e o que o senhor não sabe. O que o senhor sabe, o senhor sabe; o que o senhor não sabe, o senhor não sabe.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, Excelência, eu sei que o monitoramento está aqui. Está comigo aqui o CD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas a minha pergunta o senhor não sabe responder; o senhor sabe que foi monitorado, agora o senhor não sabe dizer se foi por equipamento da rodoviária, se foi por equipamento da Polícia...



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE – Não, não , eu não tenho o equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Então, é isso o que estou dizendo. O senhor nunca viu um equipamento de monitoramento da Polícia Rodoviária?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Já vi um equipamento, já vi um equipamento de escuta dentro de uma viatura da Polícia, com uma pessoa que até é meu desafeto, mas não sei se é da Polícia, se é dele. Ele me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que é que o senhor chama de um equipamento de monitoramento?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Um equipamento grande, que todo mundo falou que aquilo ali era para fazer monitoramento de policiais do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - São as chamadas maletas?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe dizer se a Polícia Rodoviária Federal tem maletas de interceptação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Estava numa viatura, descaracterizada, uma Parati branca, lá no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com que policial?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Com o policial Newton Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Você pode repetir o nome para...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Newton Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Newton Agripino. Lotado onde esse Newton Agripino?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Lotado no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Lotado no Rio de Janeiro, muito bem. O senhor está me dizendo, para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que esse procedimento durou mais ou menos 1 ano, esse procedimento de Brasília?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE – Mais que 1 ano, Excelência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Pouco mais de 1 ano. E aí o juiz, em um dado momento, arquivou essa investigação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE – Positivo, porque ele julgou incompetente. Como tinham policiais do Rio de Janeiro, tinha que ser para a Justiça do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Sim, mas ele se julgou incompetente e remeteu os autos à Justiça Federal do Rio de Janeiro ou se julgou incompetente e simplesmente arquivou?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Se julgou incompetente, arquivou. O Reinaldo, por conta própria, mandou esse relatório ao Rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos chegar lá.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, a pergunta é a seguinte: então, objetivamente foi arquivado. O senhor tem o número desse procedimento da 10ª Vara? E o nome do juiz?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Tem aqui, não tem?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Tem.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Tem aqui, Excelência, tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está no documento que o senhor vai deixar conosco na CPI?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo, positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O nome do juiz, o número do procedimento e a Vara?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Só um instantinho. O que eu, Luiz Carlos Simões, vou passar para o senhor é independente do que o Luiz Carlos Roque. Eu vou passar isso aqui que está encadernado e assumo o que vou fazer aqui. Eu não sei o nome do juiz, eu não sei o nome do procurador, mas está aqui. Sei que está 10ª Vara Federal. O número do processo está aqui. Isso é um, que está arquivado lá, Deputado. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos prosseguir. Posteriormente, então, ao arquivamento desse procedimento, uma investigação que se fazia na Polícia Federal do Rio de Janeiro recebeu da mão desse Sr. Reinaldo



Szydlowski um relatório não rubricado, não escrito, dando conta da participação de policiais em possíveis atos de corrupção, policiais rodoviários em possíveis atos de corrupção. Esse relatório trazia o nome de V.Sas.?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O meu trazia, o meu positivo, com duas fraudes, Excelência. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, poderia dizer o nome de quem estava e o nome de quem não estava, por favor?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Nesse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. O nome do senhor estava?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O meu nome estava. Ele colocou o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O nome do senhor é...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Luiz Carlos Roque. Ele estava... Eu tinha feito uma representação contra ele, ele colocou o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos chegar lá. Luiz Carlos Roque estava no relatório e Luiz Carlos Simões não estava no relatório. Muito bem. Então, com base nesse relatório, a Polícia Federal do Rio de Janeiro começou um procedimento de investigação junto a que Vara Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Segunda Vara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Através de um inquérito policial instaurado?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pela Polícia Federal. Quem era o juiz da 2ª Vara Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - O titular era... O que deu a sentença foi o Rodolfo Kronemberg, e o titular é Alexandre Libonati.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os únicos indícios que havia contra os senhores eram apenas as escutas telefônicas ou houve outros depoimentos e outros fatos que levaram o juiz a ter essa convicção?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - No meu caso foi uma denúncia, conversa de terceiro que me envolveu na (*ininteligível.*), só isso.



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - E no meu, Excelência, foi escuta telefônica, de Simões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Perfeito, aquela que é...

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Simões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... atribuída a V.Sa., embora não tenha sido feita por V.Sa.?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí V.Sa. — e aí a importância de algo que nós estamos dizendo há muito tempo aqui — solicitou ao juiz a autenticação da sua voz, uma perícia técnica, para saber se a voz era sua ou não?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Isso. É bom lembrar aqui, Deputado — desculpa fazer essa explanação —, que todos ou a maioria pediu ao juiz a autenticidade das gravações e o juiz negou, o que pra mim, eu acho praticamente desnecessário, porque é incontestável realmente. E nós pedimos não foi a autenticidade das gravações, e sim o exame científico de comparação de voz, porque a mim atribuída e não era minha. E ele negou e deu a sentença, numa gravação que não me pertence, que não é minha, conforme eu estou comprovando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse CD que foi produzido por autorização da 10ª Vara Federal, na cidade de Brasília, serviu como prova ao processo da 2ª Vara no Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Tão serviu como muitos colegas foram condenados com essa gravação, inclusive o meu nome apareceu numa conversa minha com um agente federal. O carro foi multado, tudo certinho, e colocaram: *“Roque mantém... é contato com o PRF França”*. Então, sem pé e sem cabeça foi colocado. E vários colegas foram condenados com a gravação da Polícia Rodoviária. Está aqui, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Com essa gravação. Muito bem. Essa gravação foi encaminhada de que forma para o inquérito da 2ª Vara? Pelo juiz da 10ª? Ou foi entregue lá pela Polícia Federal ou pela Polícia Rodoviária?



O SR. LUIZ CARLOS ROQUE – Esse CD da Polícia Rodoviária foi entregue pelo Reinaldo Szydloski, que inclusive funcionou como testemunha de acusação no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Certo. E ele foi admitido como prova no processo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o que nós estamos demonstrando aqui, através dos depoimentos de V.Sas., independente das injustiças das quais os senhores alegam ter sido vítimas, e aqui expuseram de forma emocional, é que a questão — com muita razão — é que existe, então, um início em Brasília, um prosseguimento no Rio de Janeiro, em Varas distintas, onde existe a incriminação de V.Sas., sem, na verdade, um suporte fático, um suporte de uma prova que efetivamente os envolva no objeto criminoso.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, algo que nós dizendo aqui há muito tempo é a questão de que, quer queiram, quer não queiram, a interceptação telefônica está dentro daquilo que se estabelece como uma prova técnica e, como toda prova técnica, tem que ser devidamente periciada — eu acho que isso é importante —, para que não se cometam, no futuro, injustiças como essas. Não pode haver alegação de que é muito e, portanto, não se pode fazer. Há que se ter, sim, cuidado com aquilo que é uma prova material. E toda prova material tem que estar submetida a uma avaliação pericial de que se não houve emenda, de que ela é...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite, inclusive o próprio réu solicitou o processo de autenticidade, autenticação, e foi indeferido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sas. sabem dizer quem é o procurador que funcionou nesse processo da 2ª Vara?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Dr. André Silva Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o delegado da Polícia Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Dr. Cláudio Nogueira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E V.Sas. podem afirmar que a decisão ou a sentença judicial que os condena teve como base apenas essas informações, e não nenhum depoimento que os envolvesse na situação criminosa, a não ser o do Sr. Reinaldo Szydloski, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, positivo, inclusive quem me investigou, o policial federal que me investigou falou, quando eu estava preso, o que me emocionou muito, no interrogatório lá falou diante do juiz que eu não tinha nada a ver. Está aqui o depoimento dele, porque foi dividido em etapas. O comprovante está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho, Srs. Deputados, a não ser que V.Sas. tenham algum outro questionamento, que agora nós posicionamos o início, o meio e o fim dessa situação, que ainda não chegou a um fim para eles.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu quero parabenizar V.Exa., que realmente deu um retrato do que nós precisávamos com relação a esses 2 depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E eu acho que este é o objetivo desta CPI: trazer esses fatos, para que injustiças, como as alegadas aqui, não se perpetuem no futuro. Então, nós precisamos desses elementos probatórios. Eu vou receber essa documentação que V.Sas. nos estão entregando para fazer parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E vamos, acredito eu, se for o caso, até solicitar uma prova pericial. Acho que seria importante, para que a gente possa fazer inclusive a comprovação do que V.Sa. alegou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se o Deputado Tenório me permitir, peço a ambos os depoentes que encaminhem à Comissão todo esse material, para que possamos utilizar os subsídios constantes deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu só tinha uma pergunta a mais, que eu acho importante.

O senhor já respondeu que viu, mas não viu — ou viu, mas não sabe se é da instituição. Eu pergunto ao outro depoente se ele já viu algum equipamento de



escuta ou já participou de alguma ação de escuta na Polícia Rodoviária Federal com autorização da Justiça ou se conhece se a Polícia Rodoviária Federal tem essas maletas ou se ela pratica interceptação ou não?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Não conheço, não vi, não sei se ela tem, não sei se não tem, desconheço totalmente. Só sei que não sou eu quem eles dizem que são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está ótimo.

Deputado Tenório com a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, eu, a exemplo do Deputado Simão Sessim, quero parabenizar V.Exa., porque realmente fez com que se compreendesse o processo do depoimento dos 2 declarantes desde o início. Eu gostaria apenas de complementar perguntando ao Luiz Roque com relação à policial Nilda Ribeiro, que o senhor viu com uma maleta na viatura.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo, Excelência.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Essa policial é Rodoviária Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ele é Policial Rodoviário Federal. Está sendo... Ele tem vários inquéritos contra ele, vários processos, inclusive está sendo demitido da Polícia agora, num PAD, por roubo de combustível da própria Polícia.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Certo. Essa viatura era da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Uma viatura descaracterizada da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E em que data foi que o senhor viu ele com essa maleta?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Inclusive o colega aqui também viu. Já tem uns dois anos e pouco, três anos. Foi antes da operação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Certo. Eu pergunto agora ao Sr. Luiz Carlos Simões se V.Sa. afirma que também viu esse policial com essa maleta de escuta telefônica.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Olha só, eu não tive acesso à maleta. Eu não conheço a maleta, mas eu tenho conhecimento dito por ele mesmo, que estaria



preparando esse carro com equipamentos. Eu não conheço o equipamento, não sei como é esse equipamento. Só para ilustrar aos senhores, nós temos o mesmo acesso aqui a um documento que ele assume isso mesmo aqui na Comissão de Direitos Humanos da Casa, aqui da Câmara dos Deputados. Ele assume a responsabilidade para ele dessa operação toda lá, porque, na realidade, foi uma operação conjunta. Ouviu, Deputado? Foi uma operação conjunta. A Polícia Federal deu continuidade, mas junto com vários policiais rodoviários federais, essa sequência dessa operação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, como o objetivo desta Comissão é exatamente detectar as escutas telefônicas ilegais, fica necessário convocar-se para ser ouvido esse policial Newton Ribeiro e o Reinaldo Szydloski, não é?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Szydloski.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - É necessária a tomada de depoimento desses dois policiais, para se confirmarem essas declarações e de que forma nasceu essa primeira operação policial.

Com relação à segunda operação policial, é uma questão de procedimento de Justiça, de comprovar apenas que as provas ali anexadas no processo são provas ilegais, e não tem sentido o juiz julgar com base em provas adquiridas de formas ilegais. Ficam essas observações, para que a CPI dê andamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou deixar com o Relator a formulação dos requerimentos. Nós entendemos, pelo que nós ouvimos aqui, pelo que me parece, seria adequado a esta Comissão ouvir esse Sr. Szydloski e também o Procurador Schelb. Acho que seria interessante que ambos fossem ouvidos. Fica a sugestão ao Relator para que os formule.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, esse policial é apontado, conforme...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - E esse Policial Nildo Ribeiro, que estava com a maleta de interceptação em um dos veículos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu queria também, se fosse possível, se V.Exa. me permite... O Policial Roque... É uma coisa



importante. Parece que, no requerimento do Sr. Reinaldo Szydloski ao Procurador Guilherme Schelb, ele pedia para investigar policiais de que delegacia?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Ele pedia para investigar policiais do Rio de Janeiro. Ele é de Brasília e pedia para investigar policiais do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só do Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Rio de Janeiro, São Paulo... Tem vários policiais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para ficar claro também essa questão, que para nós é importante. Quer dizer, houve um requerimento a um juiz que não era competente para determinar essas interceptações?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque o correto era pedir ou para um juiz do Rio de Janeiro ou um juiz de São Paulo a interceptação.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - No fundo, no fundo, foi disputa de poder. Aí jogou no ar, no *Jornal Nacional*, e foi manchete.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, foi através de um requerimento do Sr. Reinaldo Szydloski ao Procurador da República, e o Procurador da República fez a solicitação à Justiça para fazer interceptações.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Positivo. Isso, aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi às pessoas ou na DR do Rio ou na DR de São Paulo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não entendi.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na Delegacia da Polícia Rodoviária?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Foi feito por aqui, por Brasília, e São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, mas para interceptar pessoas ou os órgãos?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Pessoas e os órgãos também, o telefone da Superintendência também.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A determinação era para interceptar pessoas específicas, mas também interceptar o telefone...

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - ... do gabinete do Superintendente, foi.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Superintendente do Rio e de São Paulo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, do Rio de Janeiro, Inspetor Francisco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, só para esclarecer uma pequena dúvida que tenho aqui. Os dois são veteranos, e eu como conheço e tenho a maior admiração pela Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro, vocês sabem disso. Lutei muito aqui pelo plano de cargos. Sou fã da Polícia. Acho que é uma Polícia que merecia outro tipo de tratamento junto ao Governo, inclusive em algumas reivindicações que foram feitas. Mas com esse quadro e depois dessa operação a Polícia ficou manchada. Houve uma série de comentários, muitos atingidos, e outras, como os senhores alegam, injustiças, mas queria saber o seguinte: antes da administração do Dr. Reinaldo, ou durante, ou depois, vocês já ouviam falar que a Polícia Rodoviária Federal tinha equipamentos para gravar a funcionários ou atividades de vocês? Já ouviam falar, já havia rumores disso?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Negativo, Excelência. Temos conhecimento, está aqui o documento, número do processo, da compra do material. Eu não tenho documentos, mas eu tenho o número do processo; inclusive o TCU formou processo administrativo contra a compra desse equipamento. Foi na gestão do Reinaldo Szydoski e do General, parece que era o Diretor da Polícia. Não é essa gestão agora. Foi da gestão anterior.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pois é, nessa gestão do Sr. Reinaldo?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não, nessa gestão não tem nada.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, na gestão do Dr. Reinaldo.

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Foi nessa época que houve esse problema todo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas vocês já ouviam já (*ininteligível*).

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não. Foi tudo feito...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Só quanto houve operação?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Não. Só quando teve a manchete no *Jornal Nacional*, que jogaram no ar a denúncia do Francisco e de outros policiais lá. Aí, foi manchete nacional. Aí, o Juiz pegou, meteu bronca, falou muita coisa no despacho



dele, arquivou o processo. Aí, o Reinaldo, em represália, mandou esse documento para o Rio de Janeiro, para a Polícia Federal dar continuidade a esse monitoramento, mas muitos colegas foram condenados com a gravação da Polícia Rodoviária Federal. Está aqui o CD.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nenhuma outra vez ouviu comentário?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - Nunca ouvi, só nessa gestão do Reinaldo Szydloski.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quanto ao Sr. Luiz Carlos Simões, eu gostaria... quando o senhor descobriu que não era sua voz, foi durante o interrogatório, pediu para colocar o áudio?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Eu estava preso, Excelência, e depois de vinte e poucos dias eu fui depor em juízo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - E eu, nessa oportunidade, pensei que eu ia ouvir da Justiça, do Juiz, as gravações a mim atribuídas. E fui orientado pelos meus advogados para não prestar depoimento nenhum em juízo, pois ele não tinha liberado para a defesa essas gravações.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sei, isso eu já ouvi do senhor.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Então, foi isso. E eu só tomei conhecimento depois de mais 1 mês preso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas quando é que o senhor ouviu o áudio para provar que a voz não era sua?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Porque o advogado levou. A Justiça passou a liberar as cópias — são 4 CDs de gravação — e o advogado trouxe e falou: “Simões, aqui você falando.”

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Aí, quando o senhor soube que... ouviu que a voz não era sua, o seu advogado ou alguém tentou anular junto ao juízo a denúncia?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Aí, quando houve isso, qual foi a decisão do Juiz com relação; ele ouviu?



O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Doutor, de imediato, quando o advogado... Eu passei para ele: *“Olha, essa gravação não é minha.”* Aí, ele falou assim: *“Você tem certeza?”* Eu falei assim: *“Absoluta.”* Na hora, ele entrou no Tribunal pedindo *habeas-corpus* alegando isso. O Desembargador despachou falando que o Juiz tinha que requerer o exame científico de comparação de voz. E foi feito, mas o Juiz negou. É uma prerrogativa que a lei faculta para ele, é livre convencimento. O Juiz falou que é eu. Acabou. Não adianta. Eu pedia, o advogado pedia. *“Excelência, não sou eu, Excelência”*. *“É você, sim, tu está condenado”*. Eu vou fazer o quê, Excelência?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quem é o Juiz?

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Dr. Rodolfo Kronenberg Hartmann. E no dia da minha sentença, Excelência, aconteceu uma coisa inédita: ele pediu licença, emocionou-se, estava nascendo o filhinho dele. Me desculpe, Excelência, eu não quero desvirtuar a situação, mas é muito dramático, é muito dramático, porque só quem sofreu, como o senhor falou que ficou uma mancha, e fica um mancha, Excelência. Fica uma mancha muito grande, porque nós temos filhos, nós temos parentes, nós temos amigos. *(Choro.)* Excelência, no 27º dia, dentro de um presídio, eu ia tirar a minha vida, eu ia me matar lá dentro, porque eu não suportava ficar mais 1 dia. No dia seguinte, por obra de Deus, e obra dessas pessoas, como estava a Deputada Marina, o Secretário de Segurança; *“quando eu sair, vou para o ponto zero.”* E eu só não tirei minha vida porque como é que ia provar a minha mulher, meus filhos, meus amigos que não era eu? Me perdoem a emoção, gente, mas é duro; tem que se emocionar mesmo; me perdoe, Deputado, mas não é mole, é difícil. Excelência, o Juiz falou: *“É você.”* E acabou. Estou preso. Excelência, não sou eu. A perita ficou indignada.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A perícia foi requisitada pelo senhor, particularmente.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Por mim, por meios próprios...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Particular.

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Pediram a ela particular, mas feito na PAEPOL, na Academia de Polícia, oficialmente. E ela ainda falou para mim: *“Simões, não vamos fazer um exame desse porque você está falando “não”. Nós*



vamos pegar a sentença do Juiz; é aquilo que tem que ser feito o exame. Não é porque você está me falando que a gente vai fazer". Ela pensava que eu estava imaginando era isso. E o que eu queria era isso mesmo. Eu tinha convicção, sempre tive. Em primeiro lugar Excelência, tem que ter convicção, se faz parte ou não, sou eu mesmo. E essa convicção sempre tive. E graças a Deus, sempre tive apoio dos meus familiares, dos meus amigos, dos verdadeiros amigos, que passa a ser pouco Excelência. Passa a ser pouco porque você foi condenado a 5 anos e 6 meses participando de uma máfia do combustível. Vai convencer as pessoas que não fez? Aí, você lança um livro desse, e você não tem abertura na mídia, Excelência. Você não tem abertura na mídia. Eu fiz, Excelência, um documento, me permita aqui, para a Rede Globo de Televisão, e falei para eles assim: *"Vocês têm equipe de jornalista investigativa, que funciona muito melhor que vários departamentos de várias Polícias do mundo. Eu me coloco à disposição de vocês. Vasculhem minha vida. Verifiquem esse CD, vai fundo e me dá uma oportunidade"*. Eu não estou aqui para querer prejudicar o Juiz, para querer prejudicar a quem de direito, eu estou aqui para provar. Excelência, eu recebi ameaça de morte, minha e dos meus familiares, falando que iam matar meus filhos se eu lançasse esse livro. *(Choro.)* A última ligação que recebi, e provo aos senhores, está no Ministério Público do Rio de Janeiro; eu pedi o monitoramento do meu telefone, porque estavam me ameaçando de morte. Eles pensavam que eu ia colocar o livro na praça, dizendo os verdadeiros culpados, Sr. Relator. E nunca foi minha preocupação. Essa atribuição é do Ministério Público Federal. Se ele não cumpre com a obrigação dele, eu só tenho que tornar público. *(Choro.)* Eu pedi permissão ao Sr. Presidente, vou passar para os senhores, ele me autorizou, o livro que humildemente eu fiz e graças a Deus nunca pretendi lucrar com esse livro. Mas pedi a Deus que ele se pagasse. E graças a Deus ele se pagou. Porque eu não paguei ninguém, foi minha família toda, meus filhos, sobrinhos, irmãos, na praça pública, e vendemos esse livro; ele se pagou. Eu ganhei de presente do editor, que ele viajou para os Estados Unidos e eu presenteie o livro para ele. Ele quando voltou foi lá no Largo da Carioca me abraçar e falou que fez uma quantidade um pouquinho maior e teve que alterar no SBN, que eu não sabia como é que é complicado escrever um livro. Eu fui alvo de investigação para saber se o livro era oficial ou não. Porque, se não tivesse isso aqui, era ilegal, estava



praticando crime. Como é que vou escrever um livro, *A Injustiça na Justiça*, cometendo um crime fazendo isso? E eu paguei tudo que tem direito, fiz o registro normal para ser oficialmente, e com muitas ameaças de morte. Depois que lancei o livro, Deputado, acabaram as ameaças, porque eles viram que não estou falando aqui de ninguém. Eu estou falando de mim e da injustiça que sofri. Essa sempre foi a minha intenção. É por isso que volto a dizer aos Srs. Deputados, respeitosamente, que não consegui ter um sossego de tanta emoção, de tanta emoção até chegar nesta Casa. (*Choro.*) Porque é a primeira vez que nós estamos tendo a oportunidade, em virtude de uma Comissão, em virtude do trabalho lindo que os senhores estão fazendo, de uma Comissão que investiga escuta ilegal, mesmo que seja só como desabafo. Mesmo que os senhores não possam fazer nada, eu estou muito feliz. Muito feliz dessa oportunidade, da indicação da Deputada Marina, do Presidente de me convidar, do Sr. Deputado Relator, que tenho acompanhado pela Internet, Deputado Simão Sessim, que conheço há muitos anos, e respeitosamente a todos os senhores. Eu estou muito, mas muito emocionado, muito agradecido. Que Deus abençoe todos vocês por me darem essa oportunidade de falar para os senhores. Porque para mim e para minha família, eu não preciso falar que eu sou inocente, porque eles têm certeza que eu sou. (*Choro.*) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Obrigada, Sr. Presidente. Só queria fazer minhas as palavras dos 2 Deputados que lhe parabenizaram pela condução disso aqui. Fui procurada por ele, como sou procurada por várias pessoas que estão sendo injustiçadas com grampo telefônico. Mas nós somos técnicos; eu sabia que ia chegar aqui e acontecer esse desabafo, esse lado emocional, essa coisa...

O SR. LUIZ CARLOS SIMÕES - Me perdoe, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, não tem do que perdoar. Mas o que eu queria realmente era mostrar isso. Como passam por cima de provas, como o áudio — e V.Exa. fez duas observações importantíssimas —: primeiro, essa coisa de pedido fora do Estado, como está acontecendo no Rio de Janeiro. Vai lá, um Juiz do Espírito Santo, se consegue uma escuta para monitorar a gente no Rio de Janeiro. Isso está completamente fora de controle. E, segundo, essa coisa do áudio



ser soberano. O áudio que o juiz nunca ouve e que qualquer um transcreve; então foi isso que eu vi no caso dos 2. Por isso, eu os trouxe aqui, não só porque acredito na inocência deles e porque são policiais, mas principalmente por isso que V.Exa. conseguiu reunir e mostrar que, no depoimento dos 2, tem muita coisa para nós trabalharmos nessa CPI, nos nossos objetivos. Era isso. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina, parabéns a V.Exa. pelo requerimento que formulou. A participação de ambos foi de suma importância para os trabalhos desta CPI, porque são dados que serão aprofundados por esta Comissão, e dados que são importantes.

Aqui, pelo que ficou visto, vou pretender fazer um breve resumo, para até orientar os trabalhos futuros, Sr. Relator, no sentido de que houve uma interceptação, feita fora do âmbito da Polícia Judiciária, através do Ministério Público, em Vara de Brasília, para investigar em outra Unidade da Federação.

Segundo, faz-se uma prova emprestada, para iniciar uma outra investigação após o arquivamento desta primeira em juízo, aqui, no Distrito Federal. Depois, nós encontramos algumas incongruências, como a voz da pessoa não ser, ao que parece — e nós iremos trabalhar uma perícia em função dos dados que ele nos traz—, não seria a voz da pessoa que foi condenada, o que demonstra, se verdade comprovado for, um total despreparo por parte dos agentes policiais, do Ministério Público e do próprio Judiciário.

Depois, nós também fomos capazes de verificar, pelo que nos foi informado, que também será analisado por esta Comissão, a supressão de expressões que, se contidas no contexto, levariam talvez a uma conclusão diferente daquela que foi estabelecida pelo Juiz.

Então, acho que esses são os dados que são fundamentais para o trabalho desta CPI, e nós esperamos que os 2 policiais, ambos com 33 anos de serviços relevantes prestados à sociedade brasileira, encontrem também, não só aqui, a possibilidade de expressarem que aqui é a Casa do povo, aqui é que se pode exercer plenamente a democracia; com todos os ataques que se fazem ao Congresso Nacional, é aqui onde nós podemos defender efetivamente as idéias de liberdade— e podermos permitir que as pessoas se expressem com liberdade —, daí a razão da importância do desabafo de V.Sas., porque quem está escutando



V.Sas. aqui não são juízes; quem está escutando V.Sas. aqui é o povo brasileiro, representado neste ato por nós, Deputados Federais eleitos. E nós esperamos que V.Sas. encontrem a justiça que tanto procuram junto aos Tribunais Superiores.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, primeiro queria secundar toda a intervenção de V.Exa. De fato, há casos que chegam ao nosso conhecimento que parecem tão absurdos que a gente, às vezes, tem dificuldade de acreditar. Eu sempre cito o exemplo que quando eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, que fui procurado por familiares de 2 petroleiros que estavam presos no Rio de Janeiro, acusados de serem responsáveis pelo desaparecimento de uma menina no Rio de Janeiro, e ele dizia o seguinte: que um, no dia do desaparecimento da menina, estava embarcado numa plataforma no Rio Grande do Norte, e outro, aposentado da PETROBRAS, estava em Feira de Santana. E a história não batia, era uma coisa muito absurda; num primeiro momento, a primeira coisa que a gente pensa é que tem uma coisa errada aí, tão absurda. Comecei a me informar do caso aos pouquinhos e cheguei à conclusão de que, realmente, se tratava de um tremendo erro judiciário – e já havia a condenação em primeira instância também –, levado por um direcionamento errado. Não houve inquérito policial, foi um processo conduzido pela 2ª Sessão da Polícia Militar, orientado por uma pessoa de uma ONG que lidava com essa questão, com o aporte de uma grande emissora de televisão que fez todo o sensacionalismo. Na véspera do julgamento, houve uma grande reportagem dizendo que a menina esteve no município, esse negócio todo, quando todo município disse que ela nunca esteve lá; o outro, pobre coitado, nem sabia e os 2 nem tinham relação. A história era tão absurda que os 2 acabaram sendo absorvidos. pela Justiça, mas depois de meses presos e numa luta incessante.

Essa coisa só começou a mudar o rumo quando fomos ao Rio de Janeiro e começamos a dar declarações na imprensa e começamos a fazer uma contra opinião, e as pessoas começaram a abrir os olhos e os ouvidos para começar a ouvir uma outra versão, que não era a versão oficial que estava ali. Então, de fato, realmente, a história é mais do que absurda. Um caso é uma simples citação, o



outro, um erro em relação à interceptação de voz, e uma condenação de primeira instância. O que nos fica é, primeiro, a dúvida.

Eu tenho formação jurídica e V.Exa. também tem, e eu tenho como hábito – assim como quem tem formação jurídica – de não comentar determinados casos sem conhecer, realmente, a profundidade deles. Eu tenho essa precaução, até porque a gente não conhece todos os elementos, entendeu? Acho inclusive, que a presença aqui do Sr. Reinaldo Szydloski é importante para isso e do Dr. Guilherme Zanina Schelb também e, se for necessário, até inclusive o próprio Juiz e o próprio Promotor também. Não é possível! Não houve inquérito policial, mas há um processo penal com contraditório, onde se pode investigar e pode, inclusive, descobrir se uma voz é ou não é do réu, se há uma interceptação. A prova, nesse caso, é uma prova indiciária, e tem que ver se os outros elementos de prova corroboram com os outros elementos que estão trazidos aos autos.

Mas, o fundamental, eu acho que o Deputado Marcelo Itagiba conseguiu trazer, na sua síntese. A nós, desta Comissão, preocupa-nos muito – e se a gente for remontar aqui, esse fato aconteceu há 6 ou 7 anos, portanto, quando a lei era recente. A lei era de 96. Portanto, esse fato foi logo depois da lei, 5 anos depois da lei, e não tinha tanto rigor. Mas, o fato é esse, como V.Exa. já disse. Primeiro, não há inquérito policial e aí vem ao encontro da preocupação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A lei é muito clara. É preciso que haja indícios claros para a interceptação. É preciso que não haja outros meios de prova e é preciso que o crime seja apenado com a pena de reclusão. Não houve inquérito policial. Há um pedido de interceptação, sem inquérito policial, formulado por uma autoridade que não era competente. Podia até ser competente para receber o pedido, mas não era competente para formular em função dessa investigação que está se dando em outra jurisdição. E o juiz recebe o requerimento, manifestamente ilegal, porque havia um pedido para que essa interceptação fosse realizada pela Polícia Rodoviária Federal, que não é polícia Judiciária. Então, pelo simples exame da matéria, já se poderia contatar isso. Há uma autorização para interceptação em outro Estado, numa superintendência, o que pode acontecer. Por fim, há um relatório que suprime expressões e que dirige e que comete um erro crasso como esse, que é o fato de sequer haver autenticação de uma voz.



Portanto, penso que está de parabéns à Deputada Marina por ter trazido esse caso à Comissão; ao Deputado Marcelo também, pela sua vasta experiência como Delegado de Polícia. Não diria chamar o feito à ordem, mas chamou o depoimento à ordem e pôde, inclusive, melhor encadear os fatos e organizá-los para que houvesse uma melhor compreensão por parte da Comissão e de todos os que estão nos ouvindo. Mas, sem dúvida alguma, este é um caso que está dentro, perfeitamente, dentro do que tem sido investigado por esta Comissão e será objeto de abordagem no relatório. Mas, infelizmente, só veio a confirmar, mais uma vez, o quanto há de permissividade nessas interceptações, o quanto há descuido no exame delas e o quanto há... arrisco-me até a dizer, se puder até debitar algum nível dessa permissividade ao desconhecimento da lei ou à falta de estudo do seu inteiro conteúdo. Não quero nem chegar a esse ponto, Deputada. Vamos examinar, mas eu quero, realmente, atribuir que há uma sucessão de irregularidades, pelo menos na análise superficial, na análise de planos dos elementos que são trazidos, sem prejuízo de uma análise posterior. Concordo com o que já foi dito aqui. A Polícia Rodoviária Federal é uma instituição respeitável e que tem prestado serviços relevantes ao nosso País, como também a Polícia Federal. A interceptação telefônica é um instrumento importante no combate ao crime organizado, mas cabe a esta Comissão apurar os excessos, os equívocos e os erros, as ilegalidades praticadas e apontar caminhos para que possamos fazer com que esse instrumento importante do qual o Estado Democrático dispõe para o combate do crime organizado não seja mal utilizado e não venha a ser, inclusive, descredibilizado, desmoralizado e descaracterizado.

Portanto, penso que os depoimentos, tanto o do Sr. Luiz Roque como o do Sr. Luiz Simões, a indignação é procedente e aceitável. Nós somos solidários à indignação de V.Sas. e à injustiça que foi praticada. Espero, realmente, que em sede de revisão, que haja, de fato, a revisão dessa sentença, para que a justiça se faça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os senhores gostariam de dar alguma palavra antes de encerrarmos?

O SR LUIZ CARLOS ROQUE - Excelência, se for procurado o Reinaldo, Procurador e tudo, se for possível — não sei se é possível —, uma acareação, olho



no olho, com essas pessoas para podermos fazer justiça, o.k.? Nós estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como é o nome do policial que estava com a maleta no carro?

O SR. LUIZ CARLOS ROQUE - É o PRF Newton Agripino. Ele, no momento, está afastado, aí, por tratamento de psiquiatria. Depois que ele fez esse rebu todo aí, agora é tratamento de psiquiatria. Então...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, só para relembrar um fato: o Relator fez, aí, uma retrospectiva do caso. Na realidade, são 2 Juizes envolvidos diretamente: o Juiz inicial, daqui, da 10ª Vara de Brasília, que arquivou, e o Juiz da 2ª Vara do Rio, que reaproveitou a denúncia feita pelo Reinaldo. Apenas para relembrar esse fato porque o Juiz que os está condenando já reaproveitou os fatos arquivados do Juiz de Brasília. Como o fato é extremamente importante, eu até sugiro que a Relatoria tenha um caso à parte desse fato, porque precisamos, já que somos representantes do povo e uma Comissão Parlamentar de inquérito, ajudar na correção dessa injustiça e, assim, chegarmos à conclusão final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, nada mais havendo a tratar, vou agradecer a presença do Sr. Luiz Carlos Simões e do Sr. Luiz Carlos Roque, que tiveram a oportunidade de trazer a esta Comissão os fatos relevantes que, de forma fundamental, modificaram as suas vidas.

A indignação de V.Sas. é a demonstração de que existe um sentimento, porque quem não tem sentimento não vive e V.Sas. continuam vivas através da indignação que aqui expressaram.

Fica, portanto, encerrada essa sessão, mas antes comunicando que, dos 11 que estavam inscritos para a viagem a Santa Catarina, em função da necessidade de estabelecer um número mínimo, por solicitação da Presidência desta Casa, apenas 3 representantes nossos, desta CPI, irão à visita à Dígitro: o Relator, Deputado Nelson Pellegrino; o Deputado Francisco Tenório e o Deputado Laerte Bessa.

Agradeço a compreensão daqueles que não puderam ir e espero que V.Sas. façam uma viagem profícua e nos tragam as informações necessárias.

Pois não, Sr. Relator.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, apenas uma consulta à Comissão. De fato, por uma questão de... não aprovamos um requerimento para fazer a visita à Federal. Eu penso que seria um desperdício estarmos em Santa Catarina, fazendo uma visita à Dígitro, e não fazer à Federal ou ter que deslocar, novamente, uma Comissão de Parlamentares para fazê-lo. Eu queria uma autorização *ad referendum* desta Comissão, para que pudéssemos também nos dirigir à Federal para fazer e pegar a... conhecer o equipamento lá, para não ter que deslocar novamente a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Todos os requerimentos terão de ser votados por esta Comissão. Eu diria o seguinte: que nada impede que a Comissão realize a visita, e o relatório fica *ad referendum* da Comissão Parlamentar de Inquérito. Poderia fazer 2 relatórios separados: 1 relatório mediante aquele que foi autorizado; e 1 relatório em separado, referente à outra empresa, que nós submeteríamos *ad referendum* desta Comissão.

Então, essa é a deliberação por parte desta Presidência, autorizando que V.Exas. façam a visita à outra empresa.

Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Apenas para robustecer, Sr. Presidente, eu queria sugerir, talvez, que nós mudássemos a data da visita para aprovar o relatório... o requerimento da visita também à Federal, e deixássemos a visita para a semana que vem. Temos apenas 3 Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já está estabelecida. As passagens já estão expedidas. Eu acho que já está tudo agendado e marcado para a viagem, hoje, para estar lá amanhã, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu estou à disposição da CPI, mas era apenas uma sugestão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas eu acho que já deliberei: façam uma visita às 2, e depois *ad referendum* fica a outra.

Então, nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no próximo dia 15 de abril, às 14h30min, no Plenário 3 do Anexo II.



Informo aos senhores presentes que amanhã, dia 10 de abril, uma comitiva desta CPI estará realizando uma visita à empresa Dígito Tecnologia Ltda., desenvolvedora do *software* Guardião, bem como à Federal, que também já esteve presente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E até entendo, Srs. Deputados, que, tendo em vista o requerimento que foi aprovado para que aqui eles viessem e fossem ouvidos, está subentendido que a visita, já que foi autorizada para um, também está por sua vez autorizada pelos demais Deputados para a outra, a não ser que haja alguma voz que se levante em contrário, em reuniões próximas.

Vou encerrar esta reunião, antes lembrando que a semana que vem será uma semana muito importante. E eu pediria que toda a Comissão aqui estivesse presente, porque estarão convocados para prestar os seus depoimentos o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa; o ex-Diretor-Geral da Polícia Federal e atual Diretor da ABIN, Dr. Paulo Lacerda; e o representante do Ministério Público, Procurador Dino, por indicação do Procurador-Geral da República. Então, acho que é uma semana de trabalhos bastante importantes para esta Comissão, e seria importante que todos estivessem aqui.

Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, antes que V.Exa. encerre, acho que deve ser feito um apelo aos Líderes dos partidos, que indicaram os membros desta Comissão, para que eles compareçam, Sr. Presidente. Esta Comissão é importante, está fazendo um excelente trabalho. V.Exa. e o Relator têm feito esforços, de cumprir horários e datas marcadas, mas, lamentavelmente, o *quorum* tem sido baixo. E isso só os Líderes podem corrigir. Ou substituindo quem não possa comparecer, ou pedindo que eles compareçam e trabalhem.

Não estou reclamando. Nós fazemos o esforço para vir. V.Exa. sabe que nós não faltamos, quando estamos na Casa. Mas eu acho que este apelo é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Um apelo importante, válido, e vamos fazer às Lideranças. E pedimos também a cada um de V.Exas. que falem com as suas Lideranças também, porque os seus partidos indicaram não só apenas os senhores, mas há partidos que indicaram mais de um representante para esta Comissão.



Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, só uma observação em cima desse tema. Eu, para participar desta reunião, tive de deixar a reunião da Comissão de Segurança Pública. Em função de as 2 terem esse papel de segurança pública — esta, das escutas telefônicas, está muito presa a isso —, os membros desta Comissão são basicamente também membros da Comissão de Segurança Pública. Talvez aí o entendimento de V.Exa. com o Presidente Jungmann, de lá, a fazerem reuniões em horários diferentes. E aí, sim, teria assegurada a participação em ambas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que V.Exa. tem razão, o difícil aqui é compatibilizar, porque, quando não é da Segurança, é da CCJ. E, na verdade, nós estamos numa missão muito “especialíssima” aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. E aí nós temos de fazer aquela escolha: onde nós devemos estar no momento mais importante. Porque eu acho que a Comissão Parlamentar de Inquérito, não querendo desmerecer as demais Comissões desta Casa, tem uma importância fundamental porque aqui nós estamos representando a Câmara dos Deputados e não uma parcela da Câmara. Nós somos a Câmara dos Deputados em procedimento de investigação.

Deputado Simão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E aqui nós temos um período. E esse período tem de ser... Nós temos de aproveitar esse período da convocação.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputada Marina.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Só um esclarecimento, por favor: essas 3 pessoas que V.Exa. quer ouvir na próxima semana seriam cada uma num dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Cada uma num dia.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, está encerrada a presente reunião.